



ATA N.º 45/XI-3º/2015-16

1 - Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, na Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau-Bau, sita na rua Francisco Martins, Lotes B/C, na Sobreda, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de junho, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia (Continuação)

...

3.3 - Renovação de Mandato de dois Cidadãos Designados para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 142/2015, de 8 setembro)

3.4 - Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e votação do Projeto de Deliberação

3.5 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Designação dos Membros do Júri para Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Projetos de Sistemas de Informação dos SMAS”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”

3.8 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre 1º aditamento aos acordos de execução de delegação de competências:

3.8.1 - “Com a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”

3.8.2 - “Com a União das Freguesias de Caparica e Trafaria”

3.8.3 - “Com a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda”

3.8.4 - “Com a Freguesia da Costa da Caparica”

3.8.5 - “Com a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó”

3.9 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre 1º aditamento aos contratos de delegação de competências:

3.9.1 - “Para a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”

3.9.2 - “Para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria”

3.9.3 - “Para a União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda”

3.9.4 - “Para a Freguesia da Costa da Caparica”

3.9.5 - “Para a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Formas de apoio às freguesias para promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”
 - 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Correção da Tabela de Taxas do Município de Almada”
 - 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Revisão Orçamental”
 - 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas 2015”
 - 3.14 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Reabilitação Urbana Simples e Dinamização das Áreas Urbanas Consolidadas:
 - 3.14.1 - “Alteração da Área de Reabilitação de Cacilhas”
 - 3.14.2 - “Operação de Reabilitação Urbana Simples da Sobreda”
- 2 - Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho e José Ricardo Dias Martins.
- 4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:
- 4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:
- O Sr. Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 30 de junho de 2016, (Ent. 6329/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).
 - O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2016, (Ent. nº 6273/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 30 de junho de 2016, (Ent. nº 6333/XI-3º), **(Conforme Anexo III)**.
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 30 de junho de 2016, (Ent. nº 6385/XI-3º), **(Conforme Anexo IV)**.
- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 30 de junho de 2016, (Ent. nº 6386/XI-3º), **(Conforme Anexo V)**.
- O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Nunes de Oliveira, com ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2016, (Ent. nº 6265/XI-3º), **(Conforme Anexo VI)**.

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de junho de 2016, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, **(Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo VII)**.
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, **(Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo VIII)**.
- O Candidato Senhor Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de junho de 2016, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira e do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente e da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro (PEV), **(Conforme Auto de Tomada de Posse Anexos IX, X, XI, e XII)**.
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de junho de 2016, da eleita Sr. Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo XIII)**.
- A Candidata Senhora Joana Rodrigues Mortágua, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 29 e 30 de junho de 2016, do eleito Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.ª Fátima Maria da Silva Nogueira Marras, **(Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo XIV e XV)**.

4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento dos Presidentes dos respetivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, S.ª Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, e na Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, Sr.ª Anabela de Matos Tavares, **(Conforme Anexos XVI e XVII)**.



4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registaram-se as faltas da Deputada Municipal Luísa Maria Gama Varela (PSD), da Deputada Municipal Alexandra Branco Ralo Barata Correia (PAN) e a não substituição da Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS).

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Hernâni Vidal de Rezende, residente na rua Luís de Queirós, n^o 26 F, 6^o Dt^o, 2800-698 Almada, (vidalrezende@gmail.com).

5.1.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Hernâni Vidal de Rezende:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Utilizo hoje os meus cinco minutos de direito e dever de cidadania por duas razões. Primeiro pelo respeito pelos seguidores do Movimento Almada pela Loja do Cidadão, em segundo por respeito para com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada, porque excedido o meu tempo de exposição introduzi de forma atabalhoada a abordagem ao tema a localização da Loja do Cidadão e Julgados de Paz feita pelo próprio excelentíssimo Presidente na última reunião pública de Câmara.

Recomeço pois a exposição no momento em que me iria referir à impressiva intervenção de uma estimada Munícipe presente na citada reunião pública de Câmara ao manifestar quanta falta lhe faz vir ao centro da nossa Cidade fazer as suas compras e estar. Foi por sentimentos desta natureza e por tudo o que expressámos no site que nasceu o Movimento Almada pela Loja do Cidadão. Eu creio que a Sr.^a está presente, foi a Sr.^a que pronunciou aquilo que eu acabei de citar.

Partimos de um entendimento muito simples, em Almada a oferta de serviços públicos é extremamente dispersa, não atende às necessidades básicas das pessoas, não é amiga do bem estar de utentes e trabalhadores, não atende a critérios de mobilidade. Reuni-los tanto quanto possível em espaço público segundo requisitos preestabelecidos seria uma forma de servir adequadamente os almadenses, constituindo um espaço âncora capaz de promover a fixação de outros e bem assim desenvolvimento sustentado. Desenvolvimento sustentado num coração de Cidade recém renovado, de amplos e arrumados espaços públicos e estacionamento subterrâneo, mais comércio, mais restauração e espaços culturais, mas extremamente faminto de vida e de pessoas. Da oferta então criada o comércio e a restauração acompanharam o definhamento geral e a generosa capacidade de estacionamento subterrâneo encontra-se livre. Durante o ano percorremos o caminho anotado pelo Luís Amorim na sua intervenção. Fomos apenas dinamizadores, mas eu para falar, ver, ouvir, anotar, apreciar alguma reparação de danos que V. Ex.^a Sr. Presidente foi e vem introduzindo no descalabro descrito e que saúdo pela coragem de o fazer em tempo tão curto de experimentação.



Cientes de que um espaço âncora como a Loja do Cidadão impulsionaria um movimento de peões, o transporte individual e o transporte público, anotamos melhorias básicas a introduzir nos principais nós de distribuição de tráfego ao longo do eixo de atravessamento da Cidade cujos custos julgamos reduzidos, mas de alcance satisfatório em face de muitas das opiniões que nos chegaram.

V. Ex.^a Sr. Presidente da Câmara Municipal expressou que a Loja do Cidadão poderia instalar-se na Cova da Piedade, acrescentando qual o edifício e que neste não haveria problemas relacionados com pés direitos ou iluminação natural.

Como já expressei, foi com surpresa que encaixei esta notícia. Não sou lojista, nem tenho qualquer garagem no centro de Almada, sou há cinquenta anos almadense e comecei os primeiros vinte na Cova da Piedade. Nada me move contra a opção Loja do Cidadão na Cova da Piedade que não a total falta de cumprimento de requisitos técnicos já aqui anunciados e que são de importância, creio, e peço desculpa por o pronunciar superior aos indicados por V. Ex.^a.

Termino com um apelo, um convite e calo-me. Em nome dos Almadenses que nos seguiram, apelo a que não se cometam mais erros sobre erros. Sei que V. Ex.^a Sr. Presidente anda pelas ruas da nossa Cidade e observa, mas convido-o a deter-se por exemplo na praça São João Batista. Em poucos minutos compreenderá a grossa estatística de acidentes envolvendo pessoas, Metro Sul do Tejo, Transportes Sul do Tejo e veículos particulares. Apenas por milagre não tem ocorrido acidentes de monta naquela que designámos esquina da morte junto à Padaria Portuguesa. O canal do Metro Sul do Tejo é para ficar e ampliar, sabemos e desejamos, mas impõe-se minimizar os impactos negativos que vem criando na nossa Cidade.”

5.2 - Usou da palavra a Muniçipe Exm.^a Senhora Maria Joaquina Simões, residente na rua Pedro Homem de Melo, nº 30, Quinta do Bau-Bau, 2815-674 Sobreda.

5.2.1 - A Muniçipe Exm.^a Senhora Maria Joaquina Simões:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Já vos dei as boas vindas e a satisfação de ter a Assembleia Municipal reunida na nossa Associação, mas quero aproveitar a oportunidade e de estar aqui todo o Poder Local Democrático e falar também de outras questões.

Permitam-me que primeiro, porque se calhar ontem não estavam cá todos quantos são fumadores. Há um prato com areia para as beatas e uma latinha na janela. É que ou realmente não ouviram ou estão com uma seleção com falta de eficácia porque havia muitas beatas por fora e foram mesmo para a bancada.

Agora, gostaria também de dar aqui a opinião sobre a Loja do Cidadão. Penso que quem está a decidir, e nos merece toda a confiança, não é pôr em causa a grande vontade dos que estão a decidir, mas como conheço muito bem a Cova da Piedade, trabalhei lá dez anos



e sou da Sobreda e sempre conheci a Cova da Piedade e Almada, eu acho que a Cova da Piedade, a Cooperativa está ali toda entaladinha o mais que é possível, não tem espaço, sobrando alguns velhotes que andam ali à volta que se sentam, é ali que se lê o jornal, o jornal do boca a boca, sabe-se ali tudo o que acontece na Cova da Piedade felizmente, e a circulação que já é tão difícil e o estacionamento. Tanto tempo esperámos, tenho a certeza que vamos encontrar a melhor solução. A mim parece-me que não é essa, mas estou cá para ver e pedir desculpa se não tiver razão.

Depois quero dar opinião sobre, ontem e eu que vou às Sessões Públicas da Câmara, quais são as queixas generalizadas dos Cidadãos? São de questões básicas de qualidade de vida, a limpeza das ruas, os buracos da estrada, o corte de ervas, portanto aquilo que é básico para os Cidadãos e pelos quais os Cidadãos e a primeira sobre que apreciam a qualidade de serviços que lhes é prestada, quando elegemos. Com certeza que a cultura, que tudo o resto, mas fazer um Festival na Costa da Caparica e logo no cruzamento haver um enorme buraco na estrada à esquerda onde se cai primeiro, não é realmente a forma mais entusiasmante de chegar à Costa. Nós precisamos urgentemente de ver um plano, sabemos que não se pode fazer tudo de uma vez, mas o Cidadão, e na revista digam-nos qual é o plano de trabalho e estabeleçam, avaliem e respeitem, isso como da limpeza, se não tivermos método e que há muita gente que se calhar os buracos é o seu objetivo. As ervas e o mau estar não é por acaso. Eu acho que é preciso organização, é preciso avaliação e é preciso responsabilização. Há muita gente ali no meio que anda a boiar e a boiar não se chega a nenhum porto. Por isso gostava de pedir que programem, avaliem e respeitem.

Os Presidentes de Junta têm um papel muito importante, não é que eu ache que a descentralização de alguns serviços na Junta cresçam, eu acho que há meios que se estiverem centralizados e bem geridos são mais eficientes, consegue-se muito mais sinergias desde que se programem todas as capacidades. Esta é a minha opinião, ainda não vi que o contrário funcione, mas estou sempre pronta para aprender. Agora que é preciso fazer alguma coisa que os Cidadãos vejam e que não seja só nas vésperas de eleições, porque ficamos muito contentes por ver os problemas resolvidos, mas imediatamente se diz que é a campanha eleitoral. Portanto não há tempo muito mais a perder e também não podemos, é verdade que a Câmara paga os estragos, mas os carros não se estragam logo ali, estragam-se hoje, amanhã e quando se vai ao mecânico ele diz, pois mora em Almada, mora na Sobreda, mora na Charneca, então nós somos a Freguesia do buraco sim, buraco não, quando não é buraco sim, buraco sim.

Depois vão-me desculpar porque vou ser muito antipática. Os nossos Deputados Municipais, se alguns eu acho que são intervenientes, bem escolhidos, outros será que estão todos de camisola vestida pelo Concelho? Será que todos estão aqui, sabem eu sou velha e rezingona, mas eu acho que esta função de Deputado Municipal que é de três em três meses participar



nesta Sessão não devia ser pago, não devia ser pago. E então veríamos quem é que realmente veste a camisola e está aqui. Eu posso falar disso porque toda a minha vida tive intervenção pública, fiz alguma coisa pela sociedade em que vivo, não muito porque sou pouquinho, mas nunca recebi um tostão senão da minha função profissional e penso que ninguém vive deste subsidiozinho, senão vive muito mal, tem que pedir o subsídio de Inserção Social. Então talvez estivessem aqui os melhores, os mais devotados e os que estavam pelas causas, aqueles a quem não é devido sabem que o barrete é só para quem tem cabeça à medida. Se alguém se ofender peço desculpa pela medida da cabeça.

Um calendário em cada um dos lugares, penso que pus em todos, é um calendário que foi elaborado pelo 10º ano, nasce na Festa da Criança, as crianças fazem o desenho e com a Tipografia Lobão, o apoio da Câmara e da Junta de Freguesia produzimos. O calendário para 2016 foi ao 10º ano, como poderão ver o desenho do mês de novembro tem só assinaturas e datas de nascimento, são aqueles que pela idade já não fazem o desenho e por impossibilidade, mas que quiseram deixar aí o seu testemunho e o mais velho já tem 21 anos, para grande surpresa nossa. É com gosto que vos deixamos aquilo que de melhor fazemos, que é o trabalho das crianças.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Dois apontamentos em relação às intervenções que aqui hoje foram proferidas na sequência também daquilo que já ontem nos trouxeram estes dois Múncipes.

Em primeiro lugar dizer que a reflexão que o Sr. Engenheiro faz em relação àquilo que tem sido o projeto de desenvolvimento urbanístico de Almada é naturalmente uma reflexão legítima, preocupada e que não deixará de estar sempre presente, mesmo que tenhamos que tomar decisões que o tempo nos obriga e que as necessidades nos impõem. E neste período de reflexão em que estamos a entrar no contexto do Segundo Congresso Almada, Participação e Proximidade tem todo o sentido e tem todo o cabimento contribuições como aquela que aqui nos trouxe, seja em relação às avaliações de caráter global sobre várias matérias que o preocupam e sobre as quais reflete, seja em relação à questão específica da Loja do Cidadão. Mas em relação a este último aspeto, volto a repetir aquilo que ontem disse. Tem sido colocada com urgência a questão da Loja do Cidadão. Pode ser se calhar com demasiada urgência pensarão alguns, tendo em conta as circunstâncias. Mas também as condições em que ela pode surgir enquanto serviço a prestar aos Cidadãos nos deve merecer reflexão, reflexão sobre a qual ontem me debrucei e portanto dispenso-me de voltar a repetir. E aquilo que nós dissemos é o seguinte, no momento atual a Loja do Cidadão a curto prazo o único sítio que temos disponibilidade e a qual podemos aceder, e estamos aqui a falar



assente na iniciativa e assente num impulso que a Câmara dê, mas quando dizemos iniciativa e impulso não quer dizer que seja um projeto para concretizar sozinhos ou que seja um projeto para desresponsabilizar a Administração Central daquilo que lhe cabe fazer, o único local que temos com todas as limitações, é aquele. E os locais têm limitações, volto a dizê-lo, a Loja do Cidadão dos Restauradores que por acaso até foi fechada tem limitações de acessibilidade incomparavelmente diferentes da que tinha a Loja das Laranjeiras. E eu como sou um Cidadão normal, frequentei as duas e procurei as duas para que me prestassem serviços, e não deixaram as duas de ter importância e de serem procuradas por gente. E até numa delas se bem me lembro a das Laranjeiras, nessa altura já tinha carro, porque eu só comecei a conduzir depois dos 40, também tive graves problemas de estacionamento e também fui avisado por um vigilante que lá estava que tinha que rapidamente tirar dali o automóvel. Portanto as condições de acesso em relação às lojas, naturalmente são coisas que nos preocupam e volto a sublinhar isto, preocupam-nos, mas se temos grande urgência neste momento o que temos na mão para vos dizer é isto. Até pode ser que as coisas não se conjuguem, porque enfim não é possível chegar a entendimento com o Governo em torno desta matéria, e então nesse caso não haverá Loja do Cidadão, ou pelo menos não haverá Loja do Cidadão nas condições que estamos a imaginar que ela possa surgir. E gostava que isto ficasse claro. Em relação a esta matéria é neste momento a proposta que nos parece em condições de viabilizar naquilo que consideramos ser o contexto que nos é oferecido. Dito isto, não sendo ali, irá com certeza demorar mais tempo a não ser que surja por milagre alguma outra solução, por milagre ou sem ser por milagre, porque as circunstâncias diferentes a alguma coisa. De qualquer maneira gostava de sublinhar este aspeto, até porque algumas reflexões que foram feitas designadamente pela D. Maria Joaquina no que diz respeito à questão da acessibilidade e ao contexto do local. Conhece tão bem como eu, eu talvez com um bocadinho mais de atualidade, comecei por a conhecer quando a Sr.^a trabalhava na Cova da Piedade e eu deixei de trabalhar na Cova da Piedade há menos tempo e portanto este era um aspeto.

Em relação às grandes preocupações do Cidadão sobre as questões da limpeza e da condição das vias. Nós damos todo o valor a isto e pensamos que no contexto do Congresso não só é possível conhecer melhor, mas sobretudo dando aqui seguimento àquilo que tem sido uma preocupação sucessivamente referida pelo nosso Vice-Presidente da Câmara, há também aqui muita coisa que o Cidadão pode fazer. Ele tem sublinhado muito isto, a participação do Cidadão pode ir para além do seu discurso da denúncia e da proposta, pode ser também na concretização das alterações ou das correções que é necessário que sejam realizadas e este trabalho de proximidade pode ir muito para além daquilo que é a capacidade hoje diminuída das nossas Juntas de Freguesia para poderem assegurar plenamente o papel e até a responsabilidade que lhes foram amputadas neste contexto. Com



certeza que saberá que o nosso empenhamento é igual para a resolução deste problema. Inicialmente havia uma questão relacionada com a redução substancial no Quadro de Pessoal, é um problema que temos praticamente resolvido, não está completamente resolvido, mas temos praticamente resolvido. Há necessidades em relação a equipamentos e como disse há a necessidade de um planeamento que vá para além do tapa buracos como ainda ontem alguém aqui numa Moção referia, e que permita-me a intervenção estrutural seja de três centímetros de betão ou de alcatrão, seja de seis centímetros ou de cinco centímetros, ou enfim nos centímetros que seja necessário de acordo com as características das vias, tratando da sinalização, dos passeios, enfim dos lancis, de todas essas questões que naturalmente estamos obrigados quando intervimos numa via a que é necessário levar a concretizar. Mas se os Cidadãos estão preocupados com estas coisas e legitimamente estão, isto também não nos deve afastar da consideração de eventuais outros problemas que de caráter estrutural a nossa Cidade deva também merecer a nossa atenção. Nós pensamos se estamos muito centrados aqui é porque no dia a dia sentimos isso e talvez os outros estruturantes existindo no essencial não tenham estado até agora mal resolvidos, eu não quero dizer com isto que está tudo resolvido, que fique claro, nem é esta a nossa opinião à volta desta mesa que aqui estamos, não é essa a ideia que com certeza temos. Podemos dizer que temos a casa mal limpa, mas temos uma casinha que no essencial tem a casa de banho, tem a cozinha, tem o quarto, tem a sala, enfim tem uma sala de visitas, enfim temos as salinhas arranjadas, temos de facto umas camas por fazer, temos uns tapetes por bater, enfim temos coisas para resolver, é verdade temos que resolver esse assunto e temos que dar a maior atenção e importância a isso e agradecemos as chamadas de atenção. É nosso empenhamento fazê-lo. Eu estava aqui a fazer contas, nós nos quatro meses deste ano recolhemos, em dois meses, março e abril, recolhemos dezasseis mil quinhentas e quarenta e quatro toneladas de resíduos. Eu estava a ver se dizia isto pelos cento e setenta mil habitantes, mas de facto podemos ter muitas dificuldades, mas para produzir tanto lixo temos que ver onde é que vamos buscar tanto lixo. Mas gostava também de comparar, temos a ideia de como é que estamos a responder no plano nacional e até podemos estar a produzir pouco por habitante, não sei esse dado. Mas de qualquer maneira o número não deixa à partida de me impressionar, as toneladas, estamos a falar de dezasseis mil quinhentas e quarenta e quatro toneladas de resíduos recolhidos. Está bem, temos que dividir por sessenta e temos que dividir por cento e setenta mil, se calhar por habitante e por dia, pode não ser tao significativo, mas mesmo assim no seu conjunto é muito e se dividirmos isto pelo número de funcionários e por dias, de certeza que há muito lixo recolhido por cada um dos nossos funcionários. Por cada um dos nossos funcionários da Câmara Municipal e também pelas brigadas da AMARSUL que também têm o seu papel na recolha selecionada, que apesar de tudo não é tanta quanto aquela que nós desejaríamos. É necessário que haja mais recolha



de resíduos selecionados. Estamos a fazer, mas queremos ir mais além, queremos que não haja razão de queixa, queremos a nossa terra tão limpa, tão branca, tão clara como se dizia nas nossas aldeias do Alentejo. E que cada um varra o poial da sua porta e a parte da frente também ajudava bastante.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a votação, por voto secreto da Renovação de Mandato de dois Cidadãos Designados para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 142/2015, de 8 setembro), (**Conforme Anexo XVIII**).

6.1.1 - Procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

6.5.5 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.

6.5.6 - O Presidente anunciou o resultado, exerceram o direito de voto 34 eleitos, registando-se Vinte e oito (28) votos Sim, Um (1) voto Não e Cinco (5) Abstenções, sendo publicitado como texto da deliberação o seguinte:

Deliberação

A Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, renovou o mandato para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada dos seguintes cidadãos:

Exm.ª Senhora Maria José Batista

Exm.º Senhor Luís Filipe da Cruz Pereira

6.2 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e votação do Projeto de Deliberação, (**Conforme Anexo XIX**).

6.2.1 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para apresentação dos Pareceres.

6.2.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais:

Eu apenas me permitia neste quadro dar nota de alguns aspetos que considero mais importantes e que o próprio projeto de deliberação testemunha. Se considerarmos o Relatório de Segurança Interna Anual Nacional relativamente ao ano 2015, há um aumento da criminalidade registada de 1,3%, com mais cerca de trezentos e sessenta mil participações, relativamente ao nosso Concelho e contrariando esta tendência, há uma diminuição. Na área da GNR, a criminalidade tem uma redução de 10% e na área da responsabilidade da PSP de três por cento. Registrar também que há redução da criminalidade violenta e grave. Dar nota



que me parece importante que é o aumento da violência doméstica e também um aumento da sinistralidade rodoviária.

A parte das recomendações dá muito nota destas duas questões, mas também a necessidade no quadro da precaução de uma melhoria dos efetivos tanto da PSP e da GNR, assim como dos meios, da capacidade operacional de viaturas e demais meios operacionais destas Forças de Segurança.

Relativamente à Proteção Civil, eu penso que é interessante, embora tivéssemos no nosso Concelho um momento que foi preocupante, foi aquele incêndio florestal na Foz do Rego, no dia 2 de setembro do ano passado, área ardida é uma área que não é excessiva, antes pelo contrário, mas dar, e parece-me que isto é importante, dar nota da atividade dos três Corpos de Bombeiros do nosso Concelho, traduzido em trinta e oito mil quinhentas e sessenta e sete ações, o empenho de mais de quase noventa e três mil Bombeiros de quase quarenta e uma mil viaturas, viaturas essas que percorreram mais de um milhão de quilómetros e utilizando mais de sessenta e oito mil horas. E um outro dado que é também importante que é o transporte de doentes que estas três Corporações de Bombeiros transportaram, cinquenta e cinco mil doentes no ano de 2015.

Termina-se com aquilo que me parece que é justo que é ao fim ao cabo o reconhecimento da ação, do trabalho, empenho e desempenho das Forças de Segurança mas também do Serviço Municipal de proteção Civil e das Corporações de Bombeiros, ressaltando aqui o que parece importante que é ter-se conseguido criar um grupo fixo, permanente de apoio de Voluntários no quadro do Programa Floresta Verde, Floresta Segura, mas também a adesão que tem tido para Voluntários ocasionais, mas em que houve ou tem havido uma boa participação, por exemplo o Colégio Campo Flores, da Associação de Comandos Almada/Seixal, dos Corpos Nacional de Escutas, do Agrupamento da Charneca, Pragal, Cacilhas e Pinhal de Frades que envolveram cento e sessenta e um elementos durante vinte e seis dias, o que me parece importante registar e por isso mesmo se enaltece como também a participação voluntária das entidades, instituições e Cidadãos permanentes ou ocasionais nessa operação que é uma operação realmente de sucesso no nosso Concelho e que é uma operação do nosso Concelho que é a Floresta Segura, Floresta Verde.”

6.2.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação dos Pareceres, que foram aprovados por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

1 - O Conselho Municipal de Segurança é uma entidade de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, que visa, nos termos legais, promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre as entidades que têm intervenção ou estão envolvidas nas questões relacionadas com a segurança e tranquilidade das populações.



- 2 - Considerando que foram submetidos à Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos legais os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança sobre a situação de segurança e da marginalidade, do combate à criminalidade e à exclusão social, da violência doméstica e de género e da sinistralidade rodoviária.
- 3 - A Assembleia Municipal reconhece com apreço a qualidade dos Pareceres dos Grupos de Trabalho do Conselho de Segurança e enaltece a ação e o empenho das instituições, entidades e cidadãos que voluntária e graciosamente constituem o coletivo do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada.
- 4 - A Assembleia Municipal de Almada nos termos da Lei nº 33/98, de 18 de julho e em particular para os efeitos do seu artigo 4º, nº 3, aprova os Pareceres do Conselho Municipal de Segurança submetidos à apreciação da Assembleia Municipal relativos ao ano de 2015, e declara solidariedade às preocupações manifestadas e apoio às propostas de solução apresentadas.
- 5 - A Assembleia Municipal sublinha a importância dos Pareceres do Conselho e relativamente à situação de segurança no Concelho destaca e dá público conhecimento de que:
 - 5.1 - O Relatório Anual de Segurança Interna relativo ao ano de 2015, da responsabilidade do Sistema de Segurança Interna Nacional, apresenta os dados da criminalidade participada às várias forças e serviços de segurança ou da proatividade policial, registando um total de 356.032 participações a nível nacional. Informa o referido Relatório comparando com o ano de 2014, registando mais 4.721 participações, o que equivale a um aumento de 1,3% em 2015
 - 5.2 - Contrariando a tendência nacional, o Concelho de Almada em 2015, registou um decréscimo da criminalidade geral, com menos 329 crimes participados relativamente ao ano de 2014
 - 5.3 - A criminalidade participada às Forças de Segurança no Município de Almada em comparação com 2014, regista os seguintes valores:
 - 5.3.1 - Quanto à criminalidade em geral
 - 5.3.1.1 - A área territorial sob responsabilidade da Guarda Nacional Republicana (GNR) registou uma redução de 10% comparado com 2014, com menos 395 participações (em 2014 registaram 3937 participações e em 2015 registaram 3542 participações)
A criminalidade violenta e grave registou em 2015 uma descida de 39%
 - 5.3.1.2 - A área territorial sob responsabilidade da Polícia de Segurança Pública (PSP) registou um decréscimo de 3,5% comparado com 2014, com menos 102 participações (Em 2014 registaram 3361 participações e em 2015 registaram 3259 participações)



5.3.1.3 - Na área territorial sob responsabilidade da Polícia Marítima (PM) foram referenciados 59 participações em 2015, não se registando qualquer ocorrência do tipo de criminalidade violenta e grave

5.3.2 - Quanto à Violência Doméstica

5.3.2.1 - Na área da GNR foram registadas 247 participações, mais 43 do que em 2014, traduzindo-se por um aumento de 25%

5.3.2.2 - Na área da PSP foram registadas 276 participações, traduzindo mais 13 participações do que em 2014 e um aumento de 4,9%

5.3.2.3 - Na área da PM não ocorreu este tipo de criminalidade

5.3.3 - Quanto à Sinistralidade Rodoviária registaram em todo o Concelho um aumento de 9%, traduzido em 1821 acidentes, sendo a av.ª 23 de Julho, o Largo do Centro Sul e a av.ª Arsenal do Alfeite os locais de maior concentração de acidentes

5.4 - Assim e em avaliação dos níveis de criminalidade, do dispositivo de segurança, da capacidade operacional das forças de segurança, dos dados da violência doméstica e da sinistralidade rodoviária, são apresentadas as seguintes recomendações:

5.4.1 - Reforço da capacidade de intervenção das forças de segurança, assegurando o combate eficaz aos fenómenos de violência e de criminalidade no Município de Almada:

a) Através do aumento de efetivos melhorando o rácio existente Polícia ou GNR/habitante

b) Reforço do parque de viaturas das forças de segurança, quer ligeiras, quer todo o terreno, com manutenção e assistência capaz, qualificada e oportuna, possibilitando rotatividade de meios e garantindo permanente capacidade operacional na projeção de forças; Seria extremamente importante a afetação de viaturas específicas de ordem pública para a PSP e para a GNR, face à existência de zonas sensíveis significativas

e) Dotar as forças de segurança de maior capacidade tecnológica e de melhor interoperacionalidade entre as mesmas

f) Privilegiando o policiamento de proximidade e as estratégias de prevenção. Desta forma será possível contribuir para o aumento do sentimento de segurança dos cidadãos

5.4.2 - Necessidade de instalações adequadas ao nível da:

GNR - Posto/Subdestacamento na Caparica - A este nível salienta-se a necessidade de um edifício digno e com as condições ideais para o funcionamento pleno de um Posto/Subdestacamento, e ainda com capacidade para sediar o Destacamento de Intervenção atualmente sediado no Castelo de Almada



- 5.4.3 - Alargamento da resposta a Vítimas de Violência Doméstica, com aprofundamento da prevenção e acompanhamento das mesmas bem como de programas de intervenção terapêutica para agressores**
- 5.4.4 - Dar continuidade ao esforço desenvolvido no combate à sinistralidade, pelo estudo oportuno das ocorrências ao nível local e pela prevenção e visibilidade policial nas estradas, bem como, pela continuidade de sensibilização das camadas mais jovens para as boas práticas na condução e adequado comportamento rodoviário**
- 5.4.5 - Reforço da partilha de informação e tratamento de dados, uniformizando fontes de informação e cruzamento de dados evitando sobreposições**
- 5.4.6 - Reforço da articulação e do trabalho em parceria, entre todos os intervenientes no território em matéria de promoção da segurança e prevenção da criminalidade**

5.5 - Quanto à atividade municipal de proteção civil e de combate a incêndios

- 5.5.1 - O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) continuou a desenvolver a sua atividade de acordo com as suas competências legais acompanhando em permanência as operações de proteção e socorro e apoiando os vários agentes de proteção civil**

A Câmara Municipal manteve o apoio anual às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, com pagamento dos piquetes de intervenção permanente, dos seguros de viaturas e de bombeiros e ainda atribuiu apoio para investimento às três Associações de Bombeiros, no montante global máximo de 300.000,00 euros. O montante total de apoio foi de cerca de 1 milhão de euros

- 5.5.2 - Foi mantido o regular funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil e da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e implementou e coordenou a Operação Floresta Segura, Floresta Verde 2015. Esta operação de Vigilância e Prevenção de Fogos Florestais no concelho, com especial incidência na Área Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, contou com a participação de várias entidades, nomeadamente do Serviço Municipal de Proteção Civil, dos Corpos de Bombeiros de Cacilhas, Almada e Trafaria, da Guarda Nacional Republicana, da Câmara Municipal de Almada, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e de voluntários de proteção civil.**

Foi constituído um grupo de voluntários permanente do Serviço Municipal de Proteção Civil, denominado "Panteras". Durante os 26 dias de vigilância, permanentemente 2 elementos deste grupo asseguraram a chefia das equipas dos restantes voluntários ocasionais. Participaram nesta operação como voluntários elementos do Colégio Campo de Flores, da Associação de Comandos Almada/Seixal e do Corpo Nacional de Escutas (agrupamentos da Charneca de



Caparica, Pragal, Cacilhas e Pinhal de Frades), contabilizando 161 elementos durante 26 dias.

5.5.3 - O ano de 2015 foi complicado para a problemática dos incêndios florestais a nível nacional. No município, o trabalho conjunto das várias entidades permitiu resultados bons, embora haja a assinalar um incêndio no dia 2 de setembro em Foz do Rego/Quinta do Texugo, na Charneca de Caparica, que registou mais de metade da totalidade da área ardida em Almada

Registaram-se 166 ocorrências, das quais 164 Fogachos e 2 Incêndios florestais (área superior a 1 há). A área ardida foi de 35.28 há. Registaram-se também 26 falsos alarmes.

5.5.4 - A atividade dos três Corpos de Bombeiros no apoio à população traduziu-se em 38.567 alertas, com o empenho de 92.946 bombeiros e 40.739 viaturas, percorrendo 1.046.158 km e utilizando 68.196 horas. Estes números traduzem uma média diária de serviços muito elevada. Foram transportados 54.976 doentes.

5.5.5 - Registo para o reforço recente de meios humanos e materiais do Serviço Municipal de Proteção Civil, importante instrumento de gestão de emergência, imprescindível à resposta e à reposição da normalidade, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as vidas, a economia, o património e o ambiente.

5.6 - Neste contexto são formuladas as seguintes recomendações

5.6.1 - Proclamar a importância do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil em fase de aprovação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, enquanto instrumento de gestão de emergência no caso de acidente grave ou catástrofe

5.6.2 - Considerar determinante a formação e sensibilização dos cidadãos para as temáticas da proteção civil, da prevenção de riscos e para as medidas de autoproteção

5.6.3 - Manter com regularidade a realização de simulacros de incêndio e de outros acidentes em particular nas escolas básicas do 1º Ciclo e Jardins de Infância com a participação dos Corpos de Bombeiros e Forças de Segurança, assim como os planos de segurança

5.6.4 - Incentivo à elaboração dos planos de segurança dos edifícios municipais

5.6.5 - Consideração da necessidade do Serviço Municipal de Proteção Civil, juntamente com a Comissão Municipal de Proteção Civil e o Posto de Comando Municipal, disporem de instalações com adequadas condições de segurança por forma a manter-se operacional face a qualquer ocorrência de catástrofe ou acidente grave

6 - A Assembleia Municipal exalta a valiosa ação, das Forças de Segurança e o empenho e desempenho dos seus profissionais no cumprimento da missão



7 - A Assembleia Municipal manifesta reconhecimento e apreço pela ação do Serviço Municipal de Proteção Civil pela meritória atividade dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria e enaltece a participação voluntária das entidades, instituições e cidadãos, permanentes ou ocasionais na operação Floresta Segura, Floresta Verde 2015.

6.3 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (Conforme Anexo XX).

6.3.1 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para apresentação do documento.

6.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Só algumas notas, penso que a documentação foi distribuída pelos Srs. Deputados, o que é que gostava de salientar na área do planeamento estratégico e ordenamento e gestão do território a apresentação do quadro prévio de ordenamento que preside ao processo de elaboração da revisão do PDM anunciando uma nova fase deste processo, realizando-se na apresentação aos Srs. Vereadores também uma primeira apresentação aos Srs. Deputados que tiveram todos a possibilidade de estar presentes e que alguns acompanharam, e iniciou-se o processo agora também com a apresentação pública desse importante quadro de diagnóstico que tanta importância terá nas fases subsequentes do processo de elaboração do novo Plano Diretor Municipal.

Também não poderia deixar de sublinhar nesta área as iniciativas tidas no que diz respeito a introduzir alguns benefícios nas condições dos residentes dos Bairros das Terras da Costa e do 2º Torrão, na Trafaria, foi muito importante a assinatura de protocolos de entendimento quer com as Comissões de Moradores, quer com a EDP em relação a estes dois Bairros, prevendo-se não só uma intervenção e um acompanhamento que permita controlar a situação naqueles Bairros em favor daquelas pessoas que lá vivem, como também o fornecimento de energia.

Nas áreas do ambiente e da biodiversidade, já há pouco referi as dezasseis mil quinhentas e quarenta e quatro toneladas de resíduos recolhidos, entretanto fiz as contas, isto dá um quilo e seiscentos por pessoa e por dia, estamos a considerar que somos cento e setenta mil habitantes e que houve sessenta dias neste período de março e abril. São sessenta e um para ser mais rigoroso, se calhar não dá um quilo seiscentos e vinte e um, mas dará um quilo seiscentos e vinte ou qualquer coisa assim parecida. Mas a diferença não é muita mas é significativa.

Sublinhar também a importância da Conferência relacionada com o Roteiro Local para as Alterações Climáticas e em torno do acordo de Paris, uma iniciativa realizada em abril deste ano e à qual aderiram tantas instituições e cujo processo de adesão continua em curso



demonstrando uma elevada sensibilização da nossa população e das nossas instituições em torno destas matérias.

Não podia deixar também de referir na área da educação a realização do 13º Edição da Mostra do Ensino Superior, Secundário e Profissional, uma matéria também da maior importância no contexto e cuja importância todos reconhecem. Também um processo de revitalização da nossa intervenção na área da juventude, quer em torno da dinamização do Fórum Municipal da Juventude, a realização da Quinzena da Juventude com grande sucesso e com um programa bastante largo e com grande envolvimento das organizações juvenis e também a realização do Concurso de Jovens Talentos das quais mobilizou cerca de cento e quarenta jovens, um número também bastante significativo com envolvimento da comunidade escolar, também extremamente importante.

Na área da cultura, do desporto, da solidariedade e da segurança, sublinhar a realização do 2º Festival de Surf na Costa da Caparica, a nova realização do Troféu Almada na qual as nossas Associações têm um envolvimento e um papel tão destacado. Gostava também de referir a importância que tem o protocolo de colaboração com a Comissão para a Cidadania Igualdade de Género, também neste contexto, assinado durante este período e também a aprovação, a conclusão do processo de inclusão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil na Plataforma de Alojamento do Serviço Municipal de Proteção Civil dos Planos de Emergência Municipais. Também aqui a atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, elaboração do Plano Operacional e Municipal da Defesa da Floresta. Tudo instrumentos da maior importância para a nossa vida.

Referir ainda que os sítios da Câmara Municipal na internet tiveram durante estes sessenta e um dias, cento e trinta mil visitas e quase um milhão e cem mil páginas visitadas.

Neste período ainda decorreram os procedimentos concursais para cento e nove postos de trabalho, cinquenta e oito postos permanentes e cinquenta e um postos de trabalho para responder a necessidades transitórias na época balnear e foram iniciados procedimentos para mais trinta e quatro postos de trabalho. Não podia deixar no entanto para terminar, de referir a importância e o relevo que tiveram neste período as comemorações do 42º Aniversário do 25 de Abril, mas sobretudo do 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, onde em parceria com as Associações Militares e com os Agrupamentos de Escolas se assumiu a publicação para distribuição a todos os jovens das escolas do ensino básico e secundário de um texto, de um livro da Constituição da República Portuguesa. E também saudar e agradecer o envolvimento pessoal do Sr. Presidente da Assembleia Municipal nessas iniciativas, não só enquanto Presidente da Assembleia Municipal, mas também na sua condição de Deputado Constituinte.”

6.3.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria Odete Alexandre, Manuel Batista, Paulo Sabino, Carlos Guedes, Maria D’Assis, Nuno Avelar Pinheiro, Ana



Margarida Carvalho - Presidente da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Luísa Ramos, Pedro Matias, Nuno Matias, António Pedro Maco, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Acabo de receber este documento que era suposto estar na nossa mão há vários dias. Sr. Presidente, esta demora de entrega dos documentos está a tornar-se crónica e de certeza absoluta que os Deputados Municipais gostariam como eu gostaria de refletir sobre o documento, o que não foi possível porque eu recebi há cerca de uma hora. Eu gostava de saber o que é que passa com os serviços da Autarquia que têm a seu cargo a feitura e a distribuição deste documento, de acordo com o Regimento como eu já disse este documento devia ter chegado e desta vez excedeu tudo o que era expectável.

Mas vamos aos assuntos que pude refletir sem o suporte do dito documento.

Ontem mesmo a D. Maria Joaquina, Presidente da Direção desta Associação onde nos encontramos referiu na sua intervenção que continua a ter luz da EDP quando ainda tem luz do sol durante horas. De facto em várias zonas do Concelho, pude constatar exatamente esse fenómeno. Longe vão os tempos em que os Almadenses iam para casa às escuras e se levantavam quando as luzes já estavam desligadas. Nem tanto, nem tão pouco. Agora que a EDP deixou de ser nossa há que ser mais rigoroso nos consumos de energia elétrica. Porque os pagamentos aos senhorios chineses não perdoam. Recomenda-se portanto que sejam revistos os programadores colocados nos postes de transformação para que haja um consumo mais racional sem penalizar os Almadenses.

Falemos agora de ambiente. A qualidade do nosso ambiente é uma questão que deveria estar sempre presente na mesa de um Presidente da Câmara, contudo temo que isso não aconteça. Desde novembro que aguardo que me seja facultada a comunicação que Almada fez no encontro de Paris e apesar de me ter sido dito que o documento se encontrava a ser traduzido e de eu ter afirmado que leio suficientemente bem em francês e em inglês, passados estes longos meses o documento ainda viaja incógnito. Por isso penso que as questões do ambiente se encontram na Câmara à guarda de um qualquer dragão e não podem ser disponibilizadas sequer a quem tem obrigação de fiscalizar os atos do Município. E sendo assim, não estão presentes na mesa do Sr. Presidente que seguramente os disponibilizaria se os tivesse. Sobre alguns assuntos vamos sabendo pela Comunicação Social, sabemos por exemplo que a qualidade da água é boa e recomenda-se. Sabemos ser positiva a recomendação das águas balneares costeiras. Sobre os resíduos sólidos urbanos julgamos saber que há mais reciclagem e menos deposição em aterros. Há notícias de um aumento positivo da área agrícola em modo de produção biológica e de aumento de produtores. Mas sabemos também da má prestação no setor dos transportes com uma



significativa redução do número de passageiros em transportes públicos. Sobre a conservação da natureza e a biodiversidade há pouca informação, nada se sabe sobre recolha de pilhas e acumuladores elétricos e eletrónicos e apenas constatamos que esses se encontram nas ruas deixadas como se fossem biodegradáveis e como são um verdadeiro perigo.

Depois da sessão festiva designada Conferência sobre Alterações Climáticas realizada na Costa da Caparica nada mais soubemos sobre a Conferência de Paris. Mas Sr. Presidente queremos saber mais.”

6.3.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Trago a esta Assembleia algumas questões importantes para o bem estar de residentes, utentes e comerciantes de Almada e Cacilhas.

Em primeiro lugar a pedonalização da rua Cândido dos Reis, nos diversos Fóruns realizados pela Câmara Municipal antes da pedonalização, deixou bem claro que iria elaborar um regulamento municipal, que visaria regular toda a atividade desenvolvida nesta rua, nomeadamente a disposição das esplanadas, os acessos para cargas e descargas, as questões ligadas a limpeza, o eixo central existente para bicicletas, etc..

Passado todo este tempo, o que se verifica é a proliferação de esplanadas numa forma quase selvática, é ver quem tem mais mesas, cadeiras, chapéus de sol, é os veículos de emergência médica, são os turistas, são os próprios residentes que não conseguem fluir naquela artéria por causa destas mesmas esplanadas que estão colocadas até ao eixo central que é uma via ciclável e não pedonal como alguns assim pensam, porque a sinalética está lá a indicar isso mesmo, bicicletas, e se algum acidente acontecer entretanto de quem é a responsabilidade, dos ciclistas?? Dos peões ou da Câmara que não acautela a segurança dos peões.

Outro problema são os fogareiros que tinham sido erradicados pela antiga Junta de Freguesia de Cacilhas, que tinha conseguido remetê-los para o espaço interior dos restaurantes que de repente voltaram para o meio da rua, tão bons exemplos existem no país de fogareiros na rua mas que não são estes com certeza, que conspurcam o ambiente daquela rua.

Penso que é altura da Câmara Municipal olhar bem para aquela rua, porque o que é bonito é para preservar, e perder-se algo que foi bem pensado, por não estar a ser acautelado o seu futuro, não é nada bom.

O regulamento municipal para aquele local deve ser criado se não existe e eu não tenho conhecimento de um regulamento para aquele local, existe sim um regulamento para esplanadas mas que ali não é aplicado e algo tem de aparecer rapidamente para corrigir estas situações e outras que possam aparecer.

Outro assunto que trago é o Metro Sul do Tejo, que inaugurado em 2008, está neste momento a causar estragos em toda a sua via, devido a proximidade com os edifícios o que



se constata é que os edifícios estão todos a abrir brechas e fendas, veja-se como exemplo a avenida 25 de Abril de 1974, isto derivado a trepidação que o Metro causa, já para não falar no barulho que provoca no seu deslocamento e travagens nas paragens, que durante o dia é atenuado com o barulho dos carros e dos transeuntes, mas que à noite é incomodativo, mas isto a Câmara Municipal já sabe com certeza derivado às muitas queixas que estão a chegar-vos.

E não sei o que poderá ser feito em relação a estes problemas mas Sr. Presidente espero que para bem de todos nós que moramos junto ao eixo do Metro Sul do Tejo, a Câmara consiga reunir com os responsáveis do Metro e com alguns especialistas nestas matérias para se arranjar soluções que evitem estas trepidações e barulhos provocados, para bem de moradores e edifícios que começam a mostrar toda a sua fraqueza, em toda a linha do Metro.”

6.3.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Para além dos diversos problemas já aqui adiantados pelas diversas Moções, solicitava à Câmara Municipal que interviesse ou encaminhasse para quem de direito algumas das seguintes situações.

Na Cova da Piedade, na rua de Moçambique uns dias depois da nossa intervenção o mato foi retirado, mas toda ribanceira se encontra num estado lastimável. Esta zona serve de ninho para animais rastejantes e isso não é bom para a saúde pública.

Na Sobreda, trata-se de um problema comum a muitas ruas da Sobreda que são as ervas daninhas nos passeios, estradas e até muros públicos. Só se compreende se for pretensão da Freguesia ou da Câmara para a construção de uma zona verde na Sobreda rica em fauna e flora, uma vez que as lagartixas, cobras, lagartos e rãs não faltam, nomeadamente na rua Columbano Bordalo Pinheiro, junto ao nº 3 A existe um terreno baldio cheio de mato e ratos e de vez enquanto aparecem as ditas cobras. Na rua José Black tem buracos frente à Clínica Veterinária. Na rua Fernando Bento existe um terreno baldio junto à urbanização também ele cheio de mato, ratos e vestígios de toxicodependência, tanto de um lado como do outro da parte da frente. A rua Duarte Joaquim Vieira Júnior junto à Quinta de Baixo traseiras, as traseiras estão cheias de mato. Na praceta Tomás Alcaide tem bastante lixo e entulho no chão. Junto à Escola Miquelina Pombo existem uns contentores com resíduos cheios até cima. Na Quinta da Cerieira existe bastante mato, o que acaba por ser prejudicial nesta altura do ano. Na travessa e rua António Alçada Batista, esta não tem alcatrão, não tem passeios e está cheia de mato. A rua Fernão Lopes junto à Quinta do Gil no Lazarim a placa toponímica está a cair. Na rua da Liberdade junto ao nº 60 A existe um buraco que pode causar, se já não causou danos em algumas viaturas. A rua Canto e Castro também ela cheia de mato e tem um depósito de carros velhos, supostamente eles abandonados. Por fim a rua Petrónio



Amor de Barros também na Sobreda onde normalmente quando chove ficam poças de água que prejudicam em muito os muros dos moradores. Já houve até algumas obras de melhoria, é sabido, mas pouco eficazes uma vez que o problema manteve-se no último inverno.

Na Charneca de Caparica na rua Rosa Ramalho, início da rua com o cruzamento da rua dos Lobitos existe um contentor rodeado de lixo e ervas, mais á frente existe uma área de contentores e ecoponto rodeado de lixo, piso degradado particularmente frente ao nº 5, ao 51, ao 55, ao 65, ao 67. Nos cruzamentos com as ruas Machado Castro, D. Afonso III e António Soares a assinalar os buracos de maior dimensão frente ao nº 44, frente ao 48 este sim é enorme e ao 55. Os passeios com ervas frente ao nº 9, 16, 25 passeio ele também degradado e frente ao nº 44. Há lixo espalhado, ratos mortos, terrenos por limpar, uma zona habitacional e em época de calor e incêndios para não falar da lagarta do pinheiro que de ano para ano coloca em risco as pessoas e os animais. Na rua Josefa d'Óbidos também existe buracos enormes no cruzamento com a rua Óscar de Pratt continuando o piso degradado até ao final da rua que termina na rua dos Bons Amigos, passeio com ervas frente ao nº 4 e nº 5. Na rua de Mário Casimiro, desde a entrada da rua Dias Ferreira até à ex 377, em frente à entrada da rua Dias Ferreira existe uma área de contentores e ecoponto com muito lixo e ervas, bem como piso degradado com buracos e sem passeios. Piso muito degradado e com buracos também em frente ao Lote 15, nº 46, 48 e também ele com ervas. Mesmo cenário frente ao Supermercado Auto Serviço 80. Piso degradado nas entradas das ruas João de Barros, rua do Miradouro e na rua João de Deus desde o 24 ao 32 e no cruzamento da rua dos Bons Amigos. Na rua de Marco Cabaço, zona de Lazeres cheia de ervas e com um banco partido na praceta Marco Cabaço praticamente em frente ao edifício da Junta de Freguesia. Piso com buracos frente aos CTT desde o fim do Mercado até ao nº 14 e no cruzamento com a rua João de Deus.

Muito mais havia a dizer, mas finalizo com os buracos também no parque de estacionamento do Mercado.”

6.3.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Nós hoje gostaríamos de assinalar, aliás fez ontem um ano que foi apresentado o Lisbon South Bay, não sei se o nome já caiu no esquecimento, mas fez ontem um ano que foi apresentado. E nós gostaríamos de saber que balanço é que se faz da existência do Lisbon South Bay, que perspectivas há e gostaríamos de trazer aqui aquilo que vem sendo dito desde o início deste mandato sobre o uso transitório dos terrenos, porque já sabemos que há um grande imbróglio em relação à posse dos terrenos e portanto que perspectivas é que há para dar alguma solução àquela zona do território do Município. Outro assunto que nós gostaríamos de saber e em que ponto está, sabemos e já aqui foi referido que o processo de realojamento da rua do Joinal nas Terras da Costa foi concluído com sucesso e gostaríamos



de saber, sabemos que há conversas com a Comissão de Moradores, já aqui o Sr. Presidente hoje disse, mas gostaríamos de saber em que ponto é que está o restante processo dos restantes moradores nas Terras da Costa.”

6.3.1.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Eu venho aqui levantar algumas questões. Teve a ver de facto a semana passada por questões pessoais familiares tive aqui família e estive a fazer uma volta pelo Concelho a mostrar, e também por questões profissionais tive que me deslocar a algumas zonas do Concelho.

Começando um pouco pela visita familiar e porque de facto eu acho que o Concelho de Almada tem coisas interessantes para mostrar, iniciámos por um almoço em Cacilhas, almoço esse que correu muito bem, até porque o custo benefício foi interessante, no entanto não posso deixar de dizer, até porque as questões da participação são um tema caro relativamente ao atual Executivo e ainda bem. De facto chamou-me atenção aquela decoração que lá está que não me parece uma decoração alusiva coisíssima nenhuma. E daí penso que de facto para um Executivo que zela bastante pelas questões da participação, seria interessante que se tivesse envolvido o comércio local, os moradores, as instituições que operam no terreno, no sentido de facto de desenvolver numa decoração, penso que é algo que se poderá vir a equacionar nas zonas onde há de facto pequenos arraiais, de facto o envolvimento do comércio local, dos moradores, das instituições locais que ficaria bem menos caro e se calhar iria promover maiores sinergias em termos desses locais. Mas voltando ao tour, saí dali, fomos para o Cristo Rei e depois resolvi que devia ir com eles visitar a Casa da Cerca. Chegámos à Casa da Cerca às 18h00, a Casa da Cerca estava encerrada. De facto eu sei que os trabalhadores têm os seus horários de trabalho, mas eu também faço a gestão de equipamentos camarários, ainda por cima um equipamento de excelência como aquele, até tem uma belíssima cafetaria virada para Lisboa e para o Tejo, penso que seria interessante de facto que se equacionasse um alargamento da abertura principalmente no período de Verão, até porque de facto temos uma cafetaria que está sub-rentabilizada. Estou aqui de facto numa perspetiva de críticas positivas e acho que é só um pouco de reflexão.

Não podendo ter acesso à Casa da Cerca descemos para irmos lá para baixo para o Ginjal. Deparámo-nos com a Fonte que está já avariada há vários anos, numa zona, há uma Fonte que aquando o processo de requalificação da zona, pouco tempo depois deixou de funcionar e até hoje encontra-se por reparar.

Tentámos descer pelas escadinhas, as escadinhas que dão acesso ao Ginjal estão cheias de dejetos, tem o sistema de iluminação completamente vandalizado e está em situação de risco. Não podendo ir pelas escadinhas fomos pelo elevador da Boca do Vento. Lá o Jardim do Ginjal estava cuidado, não posso deixar de o dizer, no entanto junto aos caixotes do lixo, os



caixotes estavam cheíssimos de lixo e tinham lixo à volta. E perguntei a quem trabalha e reside na zona e fiquei um bocado admirada na medida em que me disseram que durante o fim de semana não é feita a recolha do lixo naquele local. Num período em que há uma maior afluência de visitantes.

Subindo, a situação dos grafitis. Aquela zona é lindíssima, está toda grafitada, não tem nada contra os grafitis, tem é da forma anárquica como eles estão feitos. Eu sei que a Câmara a maioria dos grafitis estão em habitações particulares, no entanto eu penso que devia haver um regulamento, porque há o grafiti artístico e há o grafiti que é mais de vandalizar. Eu penso que devia haver alguma concertação com algumas forças políticas e uma campanha de sensibilização, porque aquela zona, gastou-se milhões de euros a reabilitar aquela zona e ela está muito, muito degradada e é uma zona que é extremamente aprazível e eu estando lá vi imensos turistas estrangeiros naquela zona e penso que urge que a Câmara olhe aquele espaço com outros olhares.

Outra questão que eu não posso deixar. Como eu disse fiz o tour turístico, mas também por questões profissionais tive que ir a algumas zonas. O que eu verifiquei, não estou a falar por serem equipamentos da Misericórdia, que eu penso que pode acontecer com os outros, mas a envolvente dos equipamentos sociais não há um mínimo de cuidado. Acho que se esquece de que àqueles equipamentos, afluem àqueles equipamentos *n* familiares, *n* utentes, *n* trabalhadores e não há um mínimo de sensibilidade para essa situação.

Na Trafaria os caixotes do lixo estão encostados a um dos portões de saída de viaturas e em que a recolha do lixo e dos monos é algo deficitário, embora tenha melhorado, não posso deixar de o dizer, mas que as estradas de acesso estão intransitáveis, têm autênticas crateras, são os pais que se dirigem com os carros para deixarem as crianças, é as carrinhas que fazem o transporte de idosos, eu gostaria que alguém me acompanhasse para ver como é que aquelas estradas de acesso àquele equipamento se encontra.

Vamos para o PIA II, o acesso ali a laje está toda partida, está aos altos e baixos e pode pôr em perigo e já algumas pessoas ao acederem ao equipamento caíram. Eu penso que estes aspetos deveriam ser tidos em conta porque aqueles equipamentos acolhem diariamente imensa gente, entre famílias, entre utentes, entre trabalhadores. Eram só reparos que eu gostaria de deixar aqui em termos do Executivo.”

6.3.1.6 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Comemorámos recentemente os quarenta anos da Constituição da República Portuguesa, a Câmara Municipal decidiu e quando há decisão não tenho nada a dizer, assinalar essa data em algo que tivesse algum significado para as crianças e os jovens das escolas do Concelho. Aí é que eu acho que começa o problema. Como é evidente o Partido Socialista é um Partido que por um lado é um Partido da Constituição, que apoia a Constituição, que teve um



contributo muito grande para a elaboração da Constituição, que se revê na Constituição, por outro lado somos também um Partido que acredita na educação, na educação pública, na escola pública e também na formação cívica e também no facto de que é com a educação que formaremos melhor os cidadãos, mas tenho muitas reticências em relação àquilo que foi feito, primeiro porque foi feito este livro, tem algum aspeto manual escolar e eu vejo aqui dois tipos de problemas. Por um lado problemas pedagógicos, que é distribuir um livro com a Constituição indiscriminadamente a crianças dos seis aos dezoito anos, na maior parte dos casos no último dia de aulas, parece-me pouco útil e todos os casos que eu tenho foram distribuídos no último dia de aulas, nalguns casos até a alunos do 9º ano num dia de exames, provas nacionais. Portanto, só distribuir um livro só por si não me parece particularmente útil. O aniversário da Constituição deveria ter sido assinalado com atividades pedagógicas que não são a distribuição deste livro, mas a distribuição no último dia parece-me de facto pouco significativo. Também o próprio livro levanta algumas reticências, não só por, aqui cito alunos de artes com quem eu falei, acharem o próprio livro e os próprios bonecos de muito má qualidade e também acho, e em Almada temos ótimos ilustradores, um dos melhores ilustradores nacionais é almadense. Há também aqui, quanto a mim, algumas questões políticas que é por um lado, eu penso que se comete um grande erro que é considerar a Constituição e apontar para guardiões da Constituição. Os guardiões da Constituição e é isto que os jovens têm de aprender, somos todos nós e cada jovem tem que ser um guardião da Constituição, não são uns bonecos com aspeto semi-extraterrestre que são os guardiões da Constituição, é cada um dos jovens. Por outro lado existem aqui algumas, além de estar o texto da Constituição completo e muito bem, existem aqui alguns pequenos resumos que me parecem para já o próprio princípio parece-me mal, o princípio de pôr aqui alguns resumos que dificilmente encontro o equivalente na Constituição. Mas alguns parecem francamente mais. Como por exemplo encontro aqui na página 173 alguma coisa como “viva o meu Partido”, ora as pessoas têm direito de ter Partido, têm direito de se organizarem partidos e têm direito de não se organizarem partidos. Portanto, todos esses direitos estão previstos para os cidadãos. Eu penso que tivemos uma boa iniciativa, mas infelizmente uma má execução dessa iniciativa.”

6.3.1.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho - Presidente da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Eu gostava apenas de dirigir esta minha intervenção para o eleito Paulo Sabino que há pouco falou e de lhe pedir duas ou três coisas, se o Sr. Presidente me permite. Primeiro eu não tenho a rapidez e não o consegui acompanhar no seu exaustivo levantamento dos problemas das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, o qual agradeço desde já, até porque ele vem resolver um problema também criado, enfim na altura das eleições que foi esta



questão da União de Freguesias e que tem, que fez agora com que apenas haja um eleito a tempo inteiro nas Juntas e que de facto necessito deste auxílio de todos os eleitos para fazer o levantamento de problemas. Agora, era bom é que essas questões e esses problemas chegassem à Junta de Freguesia neste caso, no que concerne às competências à que a Junta diz respeito, para que efetivamente os possamos resolver, porque até hoje ainda não chegou e portanto como nós normalmente tratamos dos problemas cara a cara e frente a frente e como bons Municípios que somos a zelar pelas nossas Freguesias e pelo nosso Concelho, eu solicitava então que nos pudessem fazer chegar esse levantamento. Basicamente era isto Sr. Presidente, era solicitar que esta informação chegasse à Junta de Freguesia nas competências que nos dizem respeito e agradecer mais uma vez este exaustivo trabalho do PSD.”

6.3.1.8 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

O que eu queria informar e colocar à Assembleia, é o seguinte, no âmbito das competências da 4ª Comissão e isto também já foi informado, os Srs. Representantes dos Grupos Municipais, que depois decidimos também trazer informação à Assembleia, porque depois temos também coisas para pedir à Câmara. Nós realizámos duas reuniões, nós 4ª Comissão, com os TST e com a Transtejo. Os TST porque continuamos conhecedores, porque utentes, porque falamos com as pessoas, porque cada vez mais chegam também às Juntas de Freguesia reclamações do mau serviço dos TST e todos os Partidos, todos os membros da 4ª Comissão concordámos em questionar os TST exigindo melhoria da prestação do serviço. Não faz sentido o corte nas carreiras, não faz sentido alterações de percurso, não faz sentido o estado de degradação da frota, não faz sentido que uma empresa que devia prestar um serviço público, está a aumentar a degradação da prestação do serviço. Por outro lado, nessa reunião tivemos a oportunidade ao expor estes motivos à Administração dos TST, tivemos uma pequena alteração por parte da Administração, já admitem que algumas coisas não estão bem, mas tentaram justificar o mau serviço que prestam à nova realidade da questão dos transportes, designadamente à impossibilidade que têm hoje de fazer novas carreiras ou de repor carreiras em função da indefinição do modelo de transição do novo regime jurídico. Nós tivemos que rebater esta situação, esta afirmação. Há muito que esta Assembleia Municipal tem aprovado Moções denunciando exatamente e solidarizando-se com a luta dos utentes e das populações pela exigência por melhores transportes públicos e portanto tivemos que fazer ver aos Srs. Administradores dos TST que efetivamente está muito para além daquilo que eles tentaram indiciar da nova situação. E de alguma maneira também é nossa opinião que não vislumbramos da parte dos TST nenhuma vontade, nenhuma argumentação de alterar a situação. Aliás e em minha opinião pessoal, aquela Moção que se apresentou ontem aqui, apresentada pelo Partido Socialista, mas que nós em cada Grupo resolveu não fazer Moções



exatamente porque a Comissão tem trabalhado e tem exigido estas reivindicações, nós consideramos que essa Moção coloca as coisas no essencial e coloca as coisas que nós também analisámos. Mas Sr. Presidente, creio que no novo quadro, creio que a Câmara tem aqui um papel muito importante a desenvolver no seio da AML e portanto que se uma vez por todas a Administração dos TST perceba que não vale a pena chutar para a Câmara ou chutar não sei muito bem para quem. É uma empresa que tem a concessão do transporte, é uma empresa que recebe indemnizações compensatórias pelo serviço prestado, é uma empresa que está na atividade para serviço público e nós não podemos continuar nesta saga de prejudicar as populações de Almada, no sentido da melhoria do acesso à mobilidade no seu direito e no direito ao transporte conveniente.

Ontem também aprovámos por unanimidade a questão do Passe Social, e já agora lembrar que os TST dão-se ao luxo de criar carreiras, é claro que eles estavam habituados com uma Autoridade Metropolitana de Transportes que cedia a tudo, eles criaram uma carreira específica da Charneca de Caparica para o Marquês do Pombal, com passe do operador, nem sequer aceita o passe L123 e isto não é possível. E a recomendação que fazemos à Câmara é que dentro do seu relacionamento e da sua atividade agora no seio da AML que estes assuntos sejam efetivamente assumidos e sobretudo sejam informadas as populações. Porque Sr. Presidente, falou-se aqui há bocadinho do Metro, subscrevo quase tudo o que disse o Sr. Deputado do Partido Socialista, aliás eu lembro porque também moro na 25 de Abril, somos vizinhos, eu lembro que a Assembleia Municipal há umas Assembleias atrás aprovámos não sei se por unanimidade, uma Moção em que nos dirigíamos ao MST exatamente por causa do ruído, exatamente por causa da trepidação e exatamente com base nas queixas dos residentes no eixo do Metro. Isto não é novo e o que nós temos entretanto com o Sr. Presidente da Assembleia mandou para todos os Srs. Deputados Municipais foi a resposta da Agência Portuguesa do Ambiente em que confirma que ao longo do troço e designadamente na avenida 25 de Abril considerados em dois sítios, sítios muito críticos, não existe manutenção, não existe recuperação de coisas técnicas que eu agora não sei exatamente repetir. E mais recentemente também soubemos e acho que a Câmara tomou posição e se quiser fazer o favor de informar que mais recentemente, porque eu tive esta informação na Junta de Freguesia porque fui lá perguntar, mais recentemente existe uma posição da Câmara sobre as questões do barulho e tudo continua na mesma. Das duas uma, ou os Srs. Operadores do MST cumprem as obrigações que têm de manutenção e de salvaguarda, eu acho que é inacreditável a velocidade que por vezes se anda nas ruas de Almada, quer dizer a praça S. João Batista tem limite de velocidade para os carros, mas o Metro pode passar ali e depois chia na travagem e tudo o que se sabe. E nestas questões da mobilidade nós não podemos deixar de colocar muito seriamente, agora é preciso Srs. Deputados e Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores e as populações também saibam



dos desenvolvimentos dos trabalhos que os Srs. fazem junto das entidades. Por último a questão da Transtejo. E também relativamente à Transtejo queremos dizer que na reunião que a Comissão fez com a Direção da Transtejo ficámos todos a saber de uma empresa que foi subfinanciada ao longo dos anos, de uma empresa que com os cortes sucessivos no investimento ficaram impedidos de fazer a sua manutenção normal, que provocou o encostar de muitos barcos e que perderam o certificado de navegabilidade, que tiveram constrangimentos nos recursos humanos e digamos que também aqui felizmente há já, e foi-nos transmitido, há já uma predisposição de um levantamento de um plano de recuperação da frota, e muita coisa já foi recuperada e parece que as coisas vão no bom sentido. Todavia o Sr. Presidente da Transtejo perante a nossa reclamação que é unânime, e também reflete a vontade das populações, de ter sido retirado a Cacilhas o Ferryboat e de reposição do Ferryboat, os Srs. dizem “isso até nos ajuda, digam lá então que a gente pode tirar da Trafaria para pôr em Cacilhas”. Mas não é nada disto, o que nós queremos é porque saudamos a colocação na Trafaria mas não saudamos a retirada de Cacilhas. E o que nós dissemos ao Sr. Presidente da Transtejo foi o que tem que se fazer é a reposição do Ferryboat de Cacilhas, até porque efetivamente comparados o número de veículos transportados por Cacilhas e o da Trafaria é muito diferente. Não é para retirar de um lado, é para repor. Diversificar horários? Há cada vez mais procura, aliás confirmaram que há cada vez mais procura dos barcos da Transtejo, designadamente na ligação Cacilhas/Cais do Sodré por via do turismo. Parece-nos que temos aqui condições de continuar a trabalhar e disponibilizámo-nos, a 4ª Comissão juntamente com o Executivo da Câmara para insistir nesta reivindicação. Reposição do Ferryboat em Cacilhas, melhoria das carreiras, porque ali também houve corte de carreiras e fazemos aqui um trabalho conjugado para melhorar o direito à mobilidade.

Fomos também dentro das nossas competências ao 2º Torrão. E fomos visitar o 2º Torrão acompanhados da Sr.ª Vereadora Amélia Pardal, e Técnicos da Autarquia e também foi unânime na Comissão que a situação está muito longe de ser resolvida, mas deram-se passos no sentido da melhoria pelo menos de lá entrarmos e já termos uma outra visibilidade.

E eu até reparei, e já agora também digo que estou de acordo com a Sr.ª Deputada Odete Alexandre, que também nós na nossa Bancada só recebemos hoje o livrinho, é verdade que na segunda-feira por via eletrónica, mas também é verdade que quem quer estudar um documento não há nada melhor do que o documento impresso, porque eu ainda sou dos velhos hábitos tomo nota à margem dos parágrafos que quero focar. E há aqui, já li de relance, há aqui nesta Atividade Municipal questões colocadas e informação colocada sobre o trabalho no 2º Torrão e nós consideramos todos na Comissão que há aqui uma mudança de paradigma, que há aqui uma alteração de postura que nós saudamos, mas está longe, muito



longe da resolução daquele complexo território. E a questão da eletricidade nas casas e o protocolo com a EDP, a questão com o realojamento prioritário para pessoas com doenças, outro tipo de violência, a questão da discussão e do envolvimento da Comissão de Moradores, designadamente na colocação dos contentores, parece-nos que há aqui um saldo qualitativo que nós saudamos e também apelamos e recomendamos que a Câmara faça o favor sem grande esforço seguramente de informar a 4ª Comissão, porque para nós prosseguirmos o nosso trabalho de acompanhamento e de estudo das coisas, para podermos contribuir com propostas para a resolução dos problemas das populações e daquele território tão abandonado e tão degradado.

Por último, congratulo-me e agora já não falo em nome da 4ª Comissão, falo em meu nome pessoal, que esteja aqui previsto nesta Atividade de dois meses e continuamos a falar muito de muita coisa e não valorizar o documento, mas pessoalmente seguramente que todos nos congratulamos quando se diz aqui que já há uma definição de cláusulas técnicas para aquisição de estudo de ampliação, modernização do Transpraia. Creio, incluindo o prolongamento aos Centros, núcleos urbanos da Costa da Caparica e da Fonte da Telha. Acho que estamos no bom caminho e continuamos a trabalhar e no que diz respeito ao âmbito das competências da 4ª Comissão, podem contar connosco que estamos no terreno e estamos disponíveis para continuar a trabalhar em prol das populações.”

6.3.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Gostaríamos de fazer duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara. Na última Assembleia Municipal foi aprovado um documento para aquisição da Automonumental de Almada e o edifício na Trafaria dos Transportes Piedenses. Gostaríamos que, como não tivemos mais nenhuma informação relativamente à aquisição ou não dos imóveis, gostaríamos de saber se o Sr. Presidente nos pode adiantar se foi feito o contrato de compra e venda, se o Município já adquiriu os imóveis, em que pé é que está para nós termos também alguma noção daquilo que está a decorrer sobre esta matéria.”

6.3.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Eu gostaria de intervir porque não resisto e levo quatro Mandatos como Autarca com muita honra, de comentar aquilo que aqui foi dito há pouco pela Sr.ª Presidente da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda. A Sr.ª Presidente dentro da sua legitimidade de interpretar a intervenção de um Deputado Municipal do PSD que aliás fez aquilo que qualquer Deputado Municipal deve procurar fazer, que é trazer a esta Assembleia temas, problemas do nosso Concelho, aliás eu muitas das vezes uso como exemplo o do ex-Deputado Municipal aqui presente Luís Filipe que tantas vezes, e bem, trazia problemas exaustivos porque acho que acrescenta informação. Agora, Sr.ª Presidente fazer de conta que



desconhecia problemas que na esmagadora maioria já há meses que estão reportados, são conhecidos por toda a gente, trocam-se fotografias pelas redes sociais das mais inúmeras origens e fontes, a única coisa que eu consigo concluir é que a Sr.^a Presidente ou tem desconhecimento ou tem incapacidade, porque repare, mesmo invocar a falta de meios quando no mínimo tem de ter os mesmos meios que tinha a soma das Juntas de Freguesia que existiam anteriormente. Aquilo que é verdade é que a Sr.^a Presidente fez aqui uma intervenção no mínimo deselegante, desconhecadora, que demonstrou incapacidade de ação enquanto Presidente de uma Junta de Freguesia, eu diria que qualquer cidadão da sua Freguesia que a ouça no futuro em relação à reação de um Deputado Municipal que fez o seu trabalho, coisa que a Sr.^a Presidente não tem feito, aquilo que pode concluir é que infelizmente não só não respeita o trabalho de outros Autarcas como demonstra incapacidade no seu próprio trabalho, na sua responsabilidade perante os cidadãos.”

6.3.1.11 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Agradecemos as questões que foram aqui colocadas, vou procurar responder a algumas questões, algumas pelo menos só de uma forma agregada iremos procurar dar resposta, depois auxiliar-me também aqui dos Srs. Vereadores em relação a algumas matérias.

Mas para já em relação à questão da aquisição dos imóveis, aguardam o Visto do Tribunal de Contas e só depois do Visto do Tribunal de Contas é que é possível concretizar os procedimentos necessários. É assim que as coisas se fazem, o Tribunal de Contas ainda está no prazo de avaliação, para dar o seu Visto há um prazo que terá de cumprir e que terá que decorrer e depois é que haverá concretização.

Em relação às questões dos transportes, desde já referir, eu espero que se compreenda que em primeiro lugar MST está fora da nossa área de intervenção, as alterações legais que houve nesta matéria não inclui o Metro nem a Fertagus, nem a Transtejo. Não haja confusões, porque há essa realidade. E em relação aos TST, atenção, vamos lá ver se depois isto não vai desembocar numa coisa que é querer que a gente municipalize os TST cujo investimento nos últimos anos como é conhecido em material, tem sido abaixo da linha de água, e depois estamos para ver quem é que paga esse dita municipalização onde às vezes certas discussões na forma como são colocadas ou são orientadas podem levar. Como a gente já vive todos há muitos anos nisto, é preciso conhecer as curvas, é preciso conhecer os muros e os buracos, porque também há buracos nestas coisas da nossa vida política. Mas em relação ao Metro, que isto fique claro, a intervenção junto do Metro que ainda por cima tem aquelas contas que toda a gente conhece, ou é feita pelo Estado ou então a gente bem pode andar aqui a apregoar e eles não nos respeitam pura e simplesmente, caros amigos, não nos enganemos eles não nos respeitam. Não haja enganar, a Câmara Municipal para eles, zero, e é preciso perceber que intervenção é do Governo. Nesta matéria tendo em



conta as contas que existem nas relações com o Metro que é uma entidade privada como todos sabemos, tem responsabilidades perante o público, mas responsabilidades perante o Estado nesta matéria. E nós pagamos um milhão e tal de euros todos os anos para o Metro, o que tem a ver com as obras, o que tem a ver com aquele passivo, mas a responsabilidade quem pode dizer ao Metro, a abertura da praça do MFA faz-se ou não se faz? Se o Governo quiser faz-se, senão o Metro anda a dizer, é preciso um estudo e o Instituto da Mobilidade depois diz, o Metro é que faz e o Metro diz a Câmara que faça e tal, e andamos aqui a dançar de um lado para o outro. O Governo assume e diz, “meus amigos é para fazer.” É quem tem poder sobre isto, não haja engano. Mesmo travões, brechas. O Sr. Vereador enviou uma carta no dia 6 de junho para o Metro, não teve resposta até agora em relação a este assunto, ele depois pode distribuir a carta que foi enviada.

A distribuição de documentos. Lamento o que se passou, desconhecia que só agora é que chegou às mãos dos Srs. Deputados. É sempre possível distribuir no imediato por via eletrónica, há aqueles que queiram receber por via eletrónica, já tenho essa experiência, quem não queira receber por via eletrónica tem o direito de receber por papel e isso tem que ser assegurado pelo menos a Câmara poderá fornecer ao Sr. Presidente da Assembleia que depois assegura a distribuição pelos Srs. Deputados, mas seremos sempre facilitadores desse processo, que é um processo que ultrapassa aqui a responsabilidade da Câmara, mas na qual também somos parceiros e se tivermos responsabilidades assumi-la-emos na perspetiva de corrigir de imediato. Mas lembro, sou o primeiro a lamentar, porque já desempenhei funções de Assembleia Municipal e sei o quanto isso é ingrato.

Questões de energia elétrica e junto da EDP com programação. Naturalmente que faremos tudo e estamos a fazer tudo para que se introduzam as melhorias tecnológicas necessárias a uma boa gestão quer da rede quer da iluminação, não deixando de sublinhar que apesar de tudo as queixas relacionadas com a menor iluminação não têm vindo. E as questões de menor iluminação seriam aquelas que mais nos preocupavam porque associavam um problema de iluminação a um problema de segurança. Em relação a essa matéria, naturalmente não estou a desvalorizar estar a gastar desnecessariamente dinheiro que é dos contribuinte e que é dinheiro público, não estamos interessados nisso mas estamos empenhados na resolução de alguns problemas que eu também reconheço que têm existido nalgumas áreas nessa matéria.

Em relação à comunicação de Almada na Conferência de Paris, lamento ainda não lhe ter sido entregue, ela já me foi entregue em língua estrangeira, em dezembro passado, aliás eu estive na Conferência e pensava que já lhe tinham feito chegar, mas tratamos disso de imediato e se for possível ainda hoje o texto original far-se-ia de imediato.

Em relação às questões das normas relacionadas com a Cândido dos Reis, existem umas normas que foram acertadas com os comerciantes no início deste processo, normas que têm



sido de difícil implementação. Por razões primeiro de ordem de orientação, deixar que a rua crescesse e que ganhasse o seu espaço e que se afirmasse, e depois reconhecemos por alguma debilidade na qual o Poder Local no seu conjunto não deixará de ter responsabilidades em conseguir introduzir correções. Isto agora é válido para a Cândido dos Reis como é válido para outras coisas. Eu penso que não tem interesse nenhum, porque penso que não é ideia que os cidadãos têm de dar às vezes uma imagem catastrófica das coisas, a gente diz assim, temos problemas de lixo frente ao nº 3, 5, 7, 11, 17 e do outro lado são os números pares e citam-se todos e tal. É pá, há alguma necessidade disso, nesse caso sabemos mais, sabemos que nessa rua de uma ponta à outra tem um problema de buracos sucessivos, não vamos tapar um buraco em frente ao nº 3, depois em frente ao nº 5, temos um problema na rua inteira. A rua tem um problema. Quando a gente quer pintar as coisas com uma cor mais negra, quem está a ver isto, a pessoa fala ali três minutos sobre buracos, a forma como as coisas são tratadas, agora poderão dizer o contrário, “você está a desvalorizar”, sim senhor, não estou a desvalorizar, estou a querer dizer que há aqui alguma encenação que não é boa para Almada, não é boa para nós todos, porque penso que todos, penso que estamos suficientemente conscientes do problema e estamos todos empenhados na sua resolução. São problemas de tal maneira evidentes e sensíveis, só se a gente andasse todos aqui a dormir, houvesse algum problema de maior, acreditem nisso, então andamos a recrutar pessoal, a contratar e a procurar adquirir viaturas, equipamentos, fazer contratação de pessoal e de empresas para fazer o trabalho onde não conseguimos chegar, estamos numa situação que este ano toda a gente reconhece, temos um problema com as ervas em que mais de metade do Concelho é verde, vamos dizer assim, somos um Concelho que embora estando junto a uma Área Metropolitana temos essa característica que é valorizada no PDM, mas depois tem estas coisas todas do ambiente, não impermeabilizamos as calçadas, se não impermeabilizamos nascem as ervas nas fendas das calçadas, era mais fácil ter posto alcatrão já não nasciam ervas, ou então pôr o cimentozinho por baixo das pedras e não tínhamos o problema das ervas. Procuramos responder às questões do glifosato, os funcionários que vêm ter comigo dizem, “Presidente precisamos de aplicar ali, durante quatro meses não nascem ervas”. Calma vamos procurar ser contidos em relação a essa matéria, isto está em reflexão. Estamos todos na mesma onda de preocupações e estamos todos a procurar fazer o melhor para que todos os cidadãos vivam em melhores condições. E temos em preparação, ontem o Sr. Vereador tinha ali um mapa que ainda deve ter, com as intervenções rua a rua, com as datas previstas das intervenções, quarenta e duas ruas, mais sete ou oito grandes eixos, sete milhões e tal de euros. Teremos depois a oportunidade, as ruas uma a uma, os mapas prioritários, mas teremos a oportunidade com os Srs. Deputados e com todo o respeito por esta Assembleia de lhe fornecer a informação a que têm direito sobre estes assuntos e outros assuntos. Procuraremos corresponder em todas as medidas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

preocupações, também em relação àquilo que é o percurso turístico estamos preocupados com aquilo que é o percurso turístico, com o seu embelezamento, com a facilidade de acesso que lhe esteja associado, somos procurados por muita gente e esperamos que eles levam uma boa imagem.

A questão da Constituição. É sempre possível dizer eu já uma vez disse a história do velho, do rapaz e do burro. É sempre possível encontrar algum defeito naquilo que se faz. Mas o Sr. Deputado também reconheceu o valor na iniciativa no seu conjunto e penso que isso é que eu gostaria de sublinhar. É sempre possível melhor. Também colocámos a questão distribuir o livro às crianças da 1ª Classe. Eu quando entrei para a escola para a 1ª Classe tínhamos catequese, agora já não há catequese. E quero-vos dizer que quando se ia à catequese recebia-se um santinho. Eu ainda lá tenho em casa um santinho que recebi nessa altura, estava na 1ª Classe e há coisas que ficam e dissemos, a questão de dizer Sr. Presidente da Assembleia disse isso, a entrega da Constituição a uma criança da 1ª Classe pode ser muito mais impressiva do que a um aluno do 12º ano, por um valor simbólico que para eles representa, pela responsabilidade em que fica incutido em relação a qualquer coisa que é uma coisa de adultos, que é uma coisa dos grandes, é uma coisa da sociedade. A gente desvaloriza as coisas porque pode não haver entendimento sobre a letra, mas a Constituição está muito para além da sua letra, é o valor simbólico que há, um compromisso que há, um contrato entre todos nós e em relação ao qual como disse e muito bem todos somos guardiões. E também aí isso permitiu neste contexto transmitir aos nossos jovens e às nossas crianças, todos somos guardiões da nossa Constituição, do nosso contrato. Penso que foi uma boa iniciativa até pelas razões que acabou por referir, colocando algumas questões sobre o seu sentido.

Lisbon South Bay. O valor instrumental do Lisbon South Bay é de tal ordem que até já me tinha esquecido porque não estava a perceber o que é que o Sr. Deputado estava a dizer. Sinceramente, estava imprevisto para ser confrontado com essa designação, mas com a ajuda da Sr.ª Vereadora eu depois percebi o que é que estava a referir. Há uma questão que está colocada a este Governo, como já está colocada ao anterior e que é central, que é a questão da titularidade dos terrenos da Margueira. Aquilo é domínio público do Estado e é necessário passar a domínio privado do Estado para que a Baía do Tejo possa negociar com os eventuais investidores. Uma das questões que se colocou, aliás numa reunião com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, foi justamente isso. O Sr. confrontou-nos com isto “estava-vos a ver lá em Cannes e perguntei, então estes Srs. estão a vender o quê? Eles podem vender isto?” Não, de facto não. E essa é uma questão que qualquer investidor colocará logo “Então o Sr. é o proprietário, ou tem alguma responsabilidade sobre isso?” Não estamos aqui a falar, mas depois temos que ir lá ter com o Ministério das Finanças, porque ele é que há de dizer sim ou não. Somos todos bons rapazes, mas depois como sabem esta gente os



grandes investidores gostam das coisas clarinhas como qualquer cidadão gosta. E esse problema não está resolvido. Tive a ocasião de chamar atenção para isso no último Boletim, não foi por acaso, pensamos todos esta Assembleia os que têm responsabilidades maiores ou menores fora ou dentro do Governo ou ao lado, todos podem e são mobilizados para nos ajudar com esse nome ou com outro, que o projeto de Almada Nascente possa fazer caminho. Porque nada pior do que um terreno abandonado e essa é que é uma péssima imagem da nossa terra. Uma péssima imagem da nossa terra é perceber-se que está ali uma área enorme com um potencial que todos reconhecem e em relação ao qual nada está a ser feito ou então se está a ser feito não está a ser feito de uma forma coerente e de uma forma séria. E com isto volto a dizer, não estamos a desvalorizar as coisas de outra natureza, de outra dimensão e que muitas vezes são muito sentidos e causam muito sofrimento, não é isso que está em causa, mas as razões que estão por detrás disso preocupa-nos e preocupam-nos aqueles grandes projetos que podem arrastar o resto, porque têm uma capacidade de atração de recursos e de mobilização de recursos que naturalmente nos resolveriam os problemas das nossas avenidas, das nossas estradas, dos nossos passeios com certeza, só pelo facto de eles arrancarem e de eles tomarem o seu caminho. Volto a dizer, não estamos a desvalorizar as outras coisas, mas não queria deixar de vos dizer que há algumas coisas, designadamente essa que acabou de referir, que é de uma grande dimensão.

Terras da Costa. As Terras da Costa o projeto é de realojamento, durante o ato de assinatura com a Comissão de Moradores essa questão esteve colocada em cima da mesa. O Sr. que representou a Comissão de Moradores fez questão de sublinhar esse aspeto e é muito importante que seja sublinhado, por razões que aprofundaremos com certeza noutra contexto e noutra ocasião, mas é muito importante termos ali naquele sítio em específico uma vontade clara daquelas pessoas em serem realojadas. É muito importante que essa vontade seja afirmada. E nós devemos procurar corresponder a essa vontade quando ela se afirma, não é para dizer depois deixar que as coisas apodreçam e essa vontade desapareça, porque outras circunstâncias se criam. E as pessoas querem e nós sabemos que eles têm essa necessidade e devemos fazer tudo para tentar concretizar o mais rapidamente possível. Antes de mais nada por eles próprios, não é só porque fica bonito para a paisagem da Costa da Caparica, não, é para eles próprios, pelas pessoas que lá estão, pelas crianças que lá estão, é fundamental que o realojamento seja feito e que seja feito em condições porque todas as pessoas merecem o nosso respeito.

Transpraia. Ainda hoje falámos sobre a Costa, porque houve uma reunião de acionistas da CostaPolis que não se chegou a concretizar, porque o acionista Estado não reuniu os elementos para estar em condições de votar as matérias que iriam ser colocadas. E uma das matérias que é para nós de uma grande importância e prioridade é da Estrada Florestal. Era



muito importante que todos nós e desta Assembleia formal ou informalmente e já agora o digo e há de ficar ali gravado num sítio qualquer, que era importante que o Simplex tivesse aplicação real nestas condições que que as coisas de maior importância não se percam nos corredores ou na secretária de alguém cujo mérito não se coloca em causa, mas cujo calendário e cujas agendas não são as agendas que o nosso povo precisa. O nosso povo precisa de agendas que resolvam problemas e não que enrolem na justificação de si próprios os problemas. E a questão da Estrada Florestal é para fazer, há um ano dissemos, estamos disponíveis para aceitar a Estrada Florestal como Estrada Municipal, estamos disponíveis para financiar o projeto para que ele seja lançado, sendo depois ressarcidos quando houver o encerramento das contas, o investimento que estamos a fazer, mas estamos dispostos a isso tudo. Não sei o que é que se está à espera, de mais. Naturalmente haverá razões, mas então se há razões que se decida depressa sobre essas razões, não nos percamos. É importante o Transpraia, é importante tudo o resto, mas é importante volto a dizer para a Costa da Caparica. Prioridade neste momento Estrada Florestal e olhar-se para a reposição das areias. Essas são as duas questões centrais da Costa da Caparica.”

6.3.1.12 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

É de forma muito telegráfica e no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara naquilo que foi a resposta à questão levantada pelo Deputado Municipal Pedro Matias sobre o desenrolar do processo e da informação da aquisição dos lotes que na última reunião da Assembleia tanta discussão e reflexão levantou, e penso que era interessante o Sr. Presidente falou que está a ser ainda dirimido em sede do Tribunal de Contas. Nós solicitávamos ao Sr. Presidente que depois quando houvesse uma decisão ou sobretudo se pudesse depois também informar do conjunto de documentos, informações, pareceres que eventualmente a Autarquia tenha adstrito ao processo para que fique esclarecido tudo aquilo que está em causa no conjunto das propostas que ao fim ao cabo não ficou, pelo menos no nosso entender no momento da discussão tida nesta Assembleia, ajudaria a que todos nós ficássemos mais esclarecidos e fundamentados em relação a todo o processo. Estamos a falar de uma aquisição que envolveu dois milhões trezentos e cinquenta mil euros, se a memória não me falha, e portanto não são de somenos importância esses montantes, e era fundamental que a informação fosse um pouco mais completa e certamente a Autarquia como disse nessa Sessão iria acrescentar informação junto do Tribunal de Contas pedíamos também que o fizesse junto dos diversos Grupos desta Assembleia.”

6.3.1.13 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Apenas esta intervenção para confirmar e reiterar aquela intervenção que foi feita pela Sr.^a Deputada da CDU Luísa Ramos relativamente ao funcionamento que tem sido nomeadamente



a 4ª Comissão que diz neste caso respeito quer aos transportes, quer também as questões que têm a ver com o IHRU e portanto habitação social. Foram feitas ao longo destes tempos inúmeras reuniões, visitas dentro daquilo que é o âmbito da Comissão e estivemos sim, nesse caso eu não pude estar presente relativamente ao Bairro do Torrão na Trafaria, mas pelo que parece as indicações que tivemos, que temos e que pudemos apurar nessa mesma reunião de Comissão, é que parece que há intenção ou está bem encaminhado aquela situação que é bastante problemática não só para o Concelho de Almada como também para os seus habitantes da zona da Trafaria e do 2º Torrão, são pessoas que merecem-nos com certeza o maior respeito e relativamente às questões dos transportes eu queria dizer aqui também algumas considerações.

Primeiro que tudo relativamente à TST e confirmo também o que aqui foi dito pela Sr.ª Deputada Luísa Ramos relativamente a uma reunião um pouco mais difícil do que com a própria Transtejo, visto que há situações e lacunas pelas quais os moradores e os utilizadores de Almada na utilização desse mesmo transporte público os TST, têm manifestado bastante dificuldade em poder transmitir também aqueles que são os seus anseios e eu penso que quer a 4ª Comissão, quer esta Assembleia Municipal, também tem aqui um caminho e também tem aqui a hipótese de poder em conjunto em cada Partido da posição de cada Partido, mas poder tomar uma posição mais forte e mais firme relativamente aquelas necessidades que são do transporte público neste caso rodoviário prestado pela própria TST. Foram deixados inúmeros problemas relativamente às questões que também nos chegam por parte dos Munícipes de Almada e dos utentes da TST, às quais nós esperemos que com o decorrer do tempo as mesas possam vir a concretizar-se e a serem realizadas. Nomeadamente foram faladas algumas questões da Carreira 101, que é aquela carreira que vai para o Cristo Rei e que transporta os turistas, entendemos que deve haver um pouco não só como é evidente também e por isso os utentes de Almada, os moradores de Almada, inclusivamente a particularidade de ser uma carreira onde transporta imensos idosos e portanto a carreira não é adequada quer às suas condições e quer também aos horários e portanto é uma das questões que ficou em cima da mesa para que em breve possa ser resolvido. Entretanto já passou um mês, a carreira continua na mesma e entendemos que deve ser feito aqui um esforço ainda maior para que esta situação possa mudar e para que possamos ter relativamente ao transporte público em Almada o serviço prestado pela TST que é um privado, que possamos ter melhores condições para os utentes e também uma forma de atrair mais pessoas também para o Concelho de Almada, visto que os transportes são um papel bastante importante na organização e ordenamento de uma Cidade. De qualquer maneira eu não posso deixar de aqui lembrar também, penso que já aqui falei também que é relativamente às questões ao qual a Câmara Municipal também tem responsabilidade que é nomeadamente a questão dos abrigos e também a iluminação quer desses abrigos, quer



também a iluminação no Terminal de Cacilhas. Portanto também um repto que deixamos aqui relativamente à responsabilidade por parte da Câmara Municipal, para que em complemento com aquilo que são as reivindicações apresentadas quer pela 4ª Comissão, quer pelos Grupos Municipais, quer também pelos utentes, para que possamos ver também em conjunto melhoradas essas condições.

Relativamente à Transtejo foi também à partida uma reunião mais profícua e a Sr.ª Deputada, Presidente da Comissão também já teve aqui a oportunidade de realçar, vamos ver se realmente na prática e também com o passar do tempo, as condições de serviço de transporte também público por parte da Transtejo possam ser melhoradas e também possa haver uma maior atratividade não só para aqueles que usam, neste caso desanuviar também um pouco os carros que atravessam que nos visitam nomeadamente nesta época estival.

Mas Sr. Presidente, faltou aqui uma questão e estas coisas têm que ser respondidas e não podemos ficar aqui com dúvidas relativamente aqui a uma questão também, que foi suscitada na reunião com a Transtejo. Eu vou então transcrever aqui uma indicação que vem na página da Câmara Municipal de Almada que diz o seguinte, “A Câmara Municipal de Almada saúda a abertura do serviço de transporte de viaturas automóveis entre Trafaria e Lisboa, mas não pode acompanhar a decisão de encerramento total do mesmo serviço em Cacilhas, uma vez que não encontra fundamentação suscetível de suportar uma tal decisão, tendo em conta as necessidades dos utentes que utilizam o transporte fluvial entre as duas margens do Tejo.”

Sr. Presidente da Câmara, a questão é muito simples, de quem foi a intenção, de quem foi a ideia, de quem foi o propósito e a decisão do transporte fluvial de carros de Cacilhas para a Trafaria? Foi do Governo? Foi da Câmara de Almada? Foi dos utentes? Foi da Transtejo? Foi da Câmara de Lisboa?”

6.3.1.14 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Em relação aos TST queria-vos dizer Srs. Deputados que os nossos serviços no quadro da concretização do processo legal que enquadra o novo regime de transportes, fizeram um primeiro levantamento da situação. E isto é o que corresponde à necessidade que nos é imposta. Mas estamos muito de acordo com as observações feitas pelo Sr. Deputado e também com o espírito que a 4ª Comissão manifesta de em conjunto trabalharmos junto das entidades responsáveis para que sejam introduzidas as alterações que melhorem o transporte público e que o ponham a funcionar de acordo com as necessidades das populações. Acompanhamos em pleno essa sua proposta quer no que diz respeito aos TST, que no que diz respeito à Transtejo e aquilo que está dito é aquilo que está dito e que transcreveu. Nós não acompanhamos e encerramento do transporte automóvel em Cacilhas. Aquilo que nos foi transmitido e também é preciso dizer, é que o atual Conselho de Administração não esconde que o anterior Governo deixou desfalcado e com a Transtejo no que diz respeito aos recursos



para cumprir a missão que lhe estava incumbida e tiveram o cuidado, na reunião que fizemos com ele de referirem o estado em que encontravam as várias embarcações que têm à sua responsabilidade, os batelões, os cais de encosto e naturalmente terão, todas as embarcações presas, que isto fique claro, terão sempre da parte da Câmara de Almada toda a compreensão para o seu trabalho, desde que seja para resolver os problemas e desde que elas se coloquem numa posição de resolver os problemas. A Transtejo, quando pedimos para reestabelecer o transporte na Trafaria disse-nos para a data que tínhamos, que estávamos a apontar, não tinham condições de o fazer. Propuseram-se cumprir uma data e cumpriram essa data. E isso não podemos deixar também de referir. Até este momento com a atual Administração da Transtejo o que temos tido em relação àquilo com que se comprometeram fizeram. O nosso desejo é que se possa ir mais longe em relação ao transporte fluvial e não deixaremos de lutar por isso.”

6.3.1.15 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Fica registado as palavras do Sr. Presidente, o CDS-PP também regista. Sr. Presidente, tendo em conta o trabalho que tem vindo a ser feito, realizado pela 4ª Comissão, o CDS-PP não tem mais nada nesta matéria, neste momento aqui a declarar. Ficam registadas também as palavras do Sr. Presidente relativamente às perguntas do CDS-PP e a bem daquilo que tem sido o bom funcionamento da 4ª Comissão o CDS-PP não vai acrescentar mais nada.”

6.3.1.16 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Só dizer ao Sr. Deputado Nuno Matias que não deixaremos de fornecer à Assembleia os elementos que decorram do processo que está em curso sobre a aquisição dos imóveis.”

6.3.1.17 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Nós não ficaríamos bem se não dissemos aqui um pouco do que nos vai na alma. E é o seguinte, nós iniciámos este Mandato nesta Assembleia a alertar o Executivo para os problemas graves da rede viária do Concelho, e estamos nisto vai para três anos, e agora nós ouvimos o Sr. Presidente a anunciar um mapa de intervenção em quarenta e duas ruas, em sete ou oito grandes eixos, o que faz pensar que durante três anos ouve uma rolha que esteve a tapar um qualquer garrafão que agora de repente se destapa. Mas esta Assembleia tem sido ingrata também porque nós começámos aqui a ouvir a D. Maria Joaquina Simões dizer que o trabalho dos Deputados Municipais se esgota na participação destas Assembleias de três em três meses, o que não se pode estar mais longe da verdade, e a verdade é isto, é que esta Assembleia tem vindo aqui, os vários Deputados e as várias Deputadas trazendo as reclamações que no dia a dia vamos ouvindo pelas ruas do Concelho, e isto é prova mais cabal que o nosso trabalho não se esgota nestas duas, três, quatro horas de reunião, de três



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em três meses ou de dois em dois meses. E aquilo que eu tenho sentido, até porque este é o meu primeiro Mandato nesta Assembleia, é que muitas vezes o papel desta Assembleia é colocado num segundo plano, num plano quase de desvalorização total daquele que é o seu papel, daquele que deve ser o seu papel. E portanto fica a nota e quanto mais não seja fica o nosso desabafo.”

6.3.1.18 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais:

Apenas uma nota da minha parte que gostava de partilhar convosco. Eu já ando nisto há uns anos, desde 1985 e gostaria que os Srs. Deputados também pudessem ter conhecimento do funcionamento e da ação das outras Assembleias Municipais, porque tenho ideia que nós nos martirizarmos e darmos tarefa nas nossas costas, quando estamos a um nível muitíssimo superior à grandíssima maioria das Assembleias deste País, eu penso que é tratarmo-nos mal a nós próprios e isto depois faz-nos mal, porque faz com que a gente ande em baixo, aborrecidos e era bom que o nosso ego subisse porque temos razão para isso.

Já agora dar-vos nota da importância de ser um reformado. Se quem vier a substituir-me que trabalhe durante o dia vê-se aflito, porque eu sou um funcionário da Assembleia, sou eu e mais as duas senhoras, somos três funcionários da Assembleia. Fazemos de vez em quando reuniões com os Presidentes das Assembleias e toda a gente diz aquilo em Almada o indivíduo é louco. Quando eu digo que por ano circula na Assembleia Municipal cerca de trinta e cinco mil ofícios, ninguém acredita nisto, até mesmo Lisboa. E por isso eu digo não comparem com Almada, é porque eu entro de manhã às nove da manhã e saio às sete, oito, às nove ou às dez da noite. Vocês têm que trabalhar, dão um saltinho à Assembleia, aqueles que podem, uma, duas horas por dia, é o máximo que conseguem fazer, por isso não é possível comparar e por isso é que eu digo venha cá um reformado que se dedique a isto todas as horas e todos os dias.

Agora relativamente a esta questão que aqui foi colocada da distribuição dos documentos. Esta foi uma situação especial, na sexta-feira foi feriado, isto atrasou tudo. Por outro lado, nós estamos a cumprir aquilo que é exigido do ponto de vista da Lei, do Regime Jurídico do Funcionamento das Autarquias, vejam o artigo 53º, e estamos a cumprir aquilo que é do Regimento, não há nenhum Sr. Deputado, pode dizer é que não teve todo o suporte que exige ter, mas todos tiveram com antecedência de quarenta e oito horas, pelo menos, que é pela Lei e pelo Regimento, tiveram o documento na sua posse, todos os documentos. E antes pelo contrário, nós tivemos vinte e três Propostas, a grande maioria das Propostas, noventa e seis por cento destas Propostas tiveram-nas com oito dias de antecedência, mesmo os documentos escritos. Agora dir-me-ão assim, bem mas tendo em conta a realidade das Assembleias não há interesse em que a documentação seja distribuída com mais tempo? Há todo o interesse e toda a necessidade, porque a grande maioria dos Deputados tem a sua



vida profissional e como tal, para se dedicarem e aprofundarem o conhecimento dos documentos que são as Propostas da Câmara há todo o interesse e necessidade que seja com muito mais tempo. E não é por acaso que é feito um esforço para que a ordem de trabalhos pelo menos vá com dez, doze, quinze dias de antecedência. A ordem de trabalhos que não é obrigatório, a obrigação é a ordem de trabalhos e a documentação com dois dias úteis. O que é que eu quero dizer com isto, um apelo a todos nós, por exemplo na Assembleia Municipal nós que na quinta-feira tínhamos a Atividade Municipal e tendo em conta que o que nos é exigido por escrito são mais quatro exemplares, se calhar nós na própria Assembleia Municipal podíamos ter feito um esforçozinho para distribuir àqueles quatro Deputados Municipais que pedem que seja em suporte papel lhes ter entregue e até ter dito, vejam lá venham cá na sexta-feira que a gente está aqui e consegue arranjar. Isto podia ter sido feito e disso peço-vos desculpa porque estivemos um bocado à espera e à espera que a Câmara nos enviasse os exemplares e só foi possível entregarmos hoje, como vos foi entregue.

Mas dizer-vos meus amigos contrabalancem, façam, verifiquem o que se passa nas outras Assembleias, vocês vão ficar muito satisfeitos da produtividade, da ação e do trabalho que é feito nesta Assembleia Municipal. E eu falo à vontade porque eu sou apenas um trinta e oito avos, e um trinta e oito avos. Temos razões para que nos sintamos realizados ou nos aproximamos, estarmos satisfeitos com o trabalho e com o labor que todos aqui fazem. Não é desabafo, mas dar-vos esta nota para que hoje ao irmos para casa e nem dormirmos, porque alguns não conseguem dormir, eu felizmente saio daqui, por muito forte que isto seja tenho um botão excelente, rodo o botão e passados cinco minutos estou a dormir que nem um santinho.”

6.4 - Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação e votação, por voto secreto da Proposta Nº 180/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/06/2016, sobre “Designação dos Membros do Júri para Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Projetos de Sistemas de Informação dos SMAS”, (**Conforme Anexo XXI**).

6.4.1 - Procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

6.4.2 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.

6.4.3 - O Presidente anunciou o resultado, exerceram o direito de voto 35 eleitos, registando-se Dezanove (19) votos Sim, Quatro (4) votos Não, Onze (11) Abstenções e Um (1) voto Branco, sendo publicitado como texto da deliberação o seguinte:

Deliberação

Por se encontrar vago na estrutura orgânica dos SMAS o lugar de Chefe de Divisão de Projetos de Sistemas de Informação (DPI), integrado no Departamento de Informática e



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

sendo considerado necessário o seu provimento a Câmara Municipal apresenta à Assembleia Municipal a composição do júri do respetivo concurso.

Considerando ainda o Regulamento da Organização dos SMAS e a respetiva Estrutura Orgânica, publicados no Diário da República 2ª Série, de 26 de março de 2015.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto e do artigo 25º, nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/06/2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe de Divisão de Projetos de Sistemas de Informação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), o seguinte júri:

Presidente do Júri: Paula Maria Veloso Oliveira, Diretora do Departamento de Informática dos SMAS

1º Vogal efetivo: Marina Sergueevna Issakova, Diretora de Departamento de Informática da CMA

2º Vogal efetivo: Raquel Maria Lopes Pinto, Técnica Superior da Divisão de Pessoal dos SMAS

1º Vogal suplente: Pedro Alexandre Silva Farinha Marçal, Técnico Superior da Divisão de Pessoal dos SMAS

2º Vogal suplente: Paulo Jorge Nico Casimiro, Chefe de Divisão de Controlo da Qualidade de Água dos SMAS

6.5 - Entrou-se no ponto 3.7 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 181/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/06/2016, sobre “Adesão do Município à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”, (**Conforme Anexo XXII**).

6.5.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

O que está à consideração dos Srs. Deputados e não iria por uma questão de tempo tomar nesta primeiro momento, exigir mais de vós, é a Proposta de Adesão à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, sublinhando a importância deste documento que o Município subscreve. Reconhecendo-lhe avanços importantes em algumas das suas alíneas e algumas das matérias que aqui são tratadas e naturalmente também alguma insuficiência se quisermos para sermos mais justos, alguma timidez ainda em relação a outras designadamente no que diz respeito à condição da mulher no trabalho. Mas no seu conjunto um importantíssimo documento que não deixaríamos de sublinhar pela sua



importância e que naturalmente muito enobrece o nosso Município em caso da sua aprovação.”

6.5.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº /XI-3º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal em reunião plenária realizada a 16 de dezembro de 2014 e por proposta da Câmara Municipal aprovou o “Plano Municipal para a Igualdade de Género - PMIGAlmada”.

A deliberação proclamava de que *“A promoção da igualdade de género deve assumir na sociedade contemporânea, um carácter prioritário da intervenção das instituições em geral e das entidades de natureza pública em particular, tendo em vista o cumprimento de objetivos fundamentais estabelecidos na Constituição da República Portuguesa bem como noutros instrumentos jurídicos nacionais e internacionais subscritos por Portugal!”*

A Constituição da República Portuguesa determina na parte relativa aos princípios fundamentais como tarefa fundamental do Estado “promover a igualdade entre homens e mulheres” (artigo 9º, alínea h) e de que *“ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”* (artigo 13º, nº 2).

Acresce o estipulado no artigo 33º, nº 1, alínea q), do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro atribuindo à Câmara Municipal a competência para *“Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade”*.

O Plano Municipal para a Igualdade de Género (PMIGAlmada) para o seu desenvolvimento propõe variadíssimas ações, iniciativas e projetos entre os quais se inscreve o *“Avaliar e preparar a eventual adesão do município de Almada à Carta Europeia para a Igualdade de Mulheres e Homens na Vida Local”*.

A referida Carta Europeia é um documento elaborado pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa em colaboração com as respetivas associações membro, com o objetivo de promover a implementação das políticas de igualdade dos sexos ao nível local e regional.

É neste contexto que a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal a proposta para a Adesão do Município de Almada.

Assim a Assembleia Municipal de Almada em consideração do estipulado na alínea q), do nº 1, do artigo 33º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do nº 2, do artigo 49º do Código do Procedimento Administrativo e do Plano Municipal para a Igualdade de



Género - PMIGalmada, delibera favoravelmente a adesão do Município de Almada à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de junho de 2016.

6.6 - Entrou-se nos pontos 3.8, 3.9 e 3.10 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N^{os} 182; 183; 184; 185; 186; 187; 188; 189; 190; 191 e 192/XI-3^o, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 15/06/2016, sobre “1^o aditamento aos acordos de execução de delegação de competências Com a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Com a União das Freguesias de Caparica e Trafaria; Com a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda; Com a Freguesia da Costa da Caparica” e “Com a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó”; sobre “1^o aditamento aos contratos de delegação de competências Para a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria; Para a União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda; Para a Freguesia da Costa da Caparica e Para a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó” e sobre “Formas de apoio às freguesias para promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”, respetivamente, **(Conforme Anexos XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII e XXXIII).**

6.6.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.6.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Sublinhar que nós estamos este ano em fase de apreciação daquilo que foram as alterações no processo de delegação ou transferência de competências para as Freguesias que decorreram do novo quadro legal. A experiência deste ano por o ano 2015, por ser o primeiro ano de efetiva execução não deixaremos de lhe encontrar insuficiências, limitações, algumas imprecisões que naturalmente precisamos de corrigir e que procuramos corrigir, apesar do esforço que é preciso reconhecer que todos fizeram da parte das Uniões de Freguesias, mas também da parte da Câmara, para que este processo decorresse de uma forma, em boa forma e em boas condições. É importante sublinhar que os documentos que são colocados à apreciação dos Srs. Deputados, são documentos que resultam do consenso estabelecido entre os serviços municipais, entre a Câmara, entre as Freguesias, entre as Juntas de Freguesia neste caso concreto, na medida em que às Assembleias de Freguesia o processo de apreciação e decisão sobre estas matérias, pelo menos no que diz respeito a algumas ainda está em curso e portanto não nos queremos adiantar em relação àquilo que venha a ser a opinião soberana dessas Assembleias de Freguesia. Mas os recursos que são transferidos para as Freguesias para cumprirem as missões a que se propõem, parecem ser aqueles que se revelam adequados no quadro da apreciação que em conjunto podemos fazer. Importa no



entanto ainda aqui referir um aspeto que em relação ao qual teremos que avançar mais, que são as verbas destinadas à designada gestão de descentralização e que são objeto do último documento deste bloco que está à vossa apreciação. Essa verba resulta daquilo que era o histórico do processo de transferências para as várias Freguesias, que procurava corresponder às necessidades de desenvolvimento e de instalação do trabalho e do funcionamento das Freguesias quer em pessoal, quer em instalações, quer em responsabilidades que lhe eram cometidas em diversas circunstâncias num contexto legal diferente daquele que temos hoje, e em que a primeira questão que se coloca é se retiramos às Freguesias esses recursos dotando-as só dos recursos que advinham das rubricas englobadas nos acordo de execução e dos contratos de transferência de competências ou se continuaríamos de uma forma ponderada a transferir essas verbas, mas instituindo um processo em que essas verbas pudessem ir sendo absorvidas por transferências, por rubricas associadas, ou por transferências associadas a rubricas claramente definidas. Nós optámos por este processo, pensamos que a valorização do trabalho das Freguesias precisa de ter os recursos necessários para que ele se faça e que esses recursos são também recursos de carácter financeiro. E acreditamos que em conjunto e neste contexto que tem sido tão difícil para os Fregueses e para as Freguesias como também penso que pelo menos a maioria ou muitos, e muitos reconhecem sobretudo os responsáveis das Freguesias reconhecem que neste contexto nós iremos progredindo nesse caminho e eventuais injustiças ou desigualdades que ainda possam subsistir por maior ou menor clareza, serão progressivamente ultrapassados num quadro de um diálogo que é aberto, sempre pronto, sempre disponível da parte de todos, seja no sentido sobretudo orientado no sentido de servir melhor os nossos concidadãos e também nesta oportunidade agradecer aos Srs. Presidentes das Uniões de Freguesia que estão aqui sentados, o esforço e neles o esforço que as Freguesias fizeram durante este ano para procurar corresponder àquilo que foi proposto fazer e que no essencial podemos dizer que foi feito.”

6.6.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas Nºs 182; 183; 184; 185; 186; 187; 188; 189; 190; 191 e 192/XI-3º /XI-3º, que foram aprovadas por unanimidade, através das seguintes deliberações:

6.6.2.1 -

Deliberação

A Assembleia Municipal em reunião plenária realizada no dia 26 de setembro de 2014 e por proposta da Câmara Municipal aprovou autorizando, nos termos e para os efeitos da alínea k), nº 1, do artigo 25º e em consideração do artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Acordo de Execução de Delegação de Competências com a Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas



Considerando a faculdade de as partes contraentes do acordo estipularem alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas

Considerando que é vontade da Câmara Municipal e da Junta da União das Freguesias de Amada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, assumida em reuniões para o efeito realizadas de ajustar o acordo de execução então celebrado à realidade concreta da união de freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas

Considerando também que a proposta de aditamento ao Acordo apresentada pela Câmara Municipal e submetida a apreciação da Assembleia Municipal mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada

Considerando ainda a informação da Câmara Municipal da existência na Proposta apresentada de um erro na tabela do Anexo XI relativo ao desempenho das competências pela Junta de Freguesia da Costa da Caparica em matéria de mobiliário urbano que deve passar a ser de 1.731,50€ pelo que deve totalizar 62.576,77€

Assim, a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas o 1º Aditamento ao Acordo de Execução de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016, com a correção dos meios financeiros a transferir para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica relativo ao Mobiliário Urbano (anexo XI) que passa a ser 1.731,50€ o que totaliza para o conjunto das Freguesias 62.576,77€.

6.6.2.2 - Deliberação

A Assembleia Municipal em reunião plenária realizada no dia 26 de setembro de 2014 e por proposta da Câmara Municipal aprovou autorizando, nos termos e para os efeitos da alínea k), nº 1, do artigo 25º e em consideração do artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Acordo de Execução de Delegação de Competências com a Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria

Considerando a faculdade de as partes contraentes do acordo estipularem alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas

Considerando que é vontade da Câmara Municipal e da Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, assumida em reuniões para o efeito realizadas de ajustar o acordo de execução então celebrado à realidade concreta da união de freguesias de Caparica e Trafaria



Considerando também que a proposta de aditamento ao Acordo apresentada pela Câmara Municipal e submetida a apreciação da Assembleia Municipal mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada

Considerando ainda a informação da Câmara Municipal da existência na Proposta apresentada de um erro na tabela do Anexo XI relativo ao desempenho das competências pela Junta de Freguesia da Costa da Caparica em matéria de mobiliário urbano que deve passar a ser de 1.731,50€ pelo que deve totalizar 62.576,77€

Assim, a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria o 1º Aditamento ao Acordo de Execução de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016, com a correção dos meios financeiros a transferir para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica relativo ao Mobiliário Urbano (anexo XI) que passa a ser 1.731,50€ o que totaliza para o conjunto das Freguesias 62.576,77€.

6.6.2.3 -

Deliberação

A Assembleia Municipal em reunião plenária realizada no dia 26 de setembro de 2014 e por proposta da Câmara Municipal aprovou autorizando, nos termos e para os efeitos da alínea k), nº 1, do artigo 25º e em consideração do artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Acordo de Execução de Delegação de Competências com a Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda Considerando a faculdade de as partes contraentes do acordo estipularem alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas

Considerando que é vontade da Câmara Municipal e da Junta da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, assumida em reuniões para o efeito realizadas de ajustar o acordo de execução então celebrado à realidade concreta da união de freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda

Considerando também que a proposta de aditamento ao Acordo apresentada pela Câmara Municipal e submetida a apreciação da Assembleia Municipal mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada

Considerando ainda a informação da Câmara Municipal da existência na Proposta apresentada de um erro na tabela do Anexo XI relativo ao desempenho das competências pela Junta de Freguesia da Costa da Caparica em matéria de mobiliário urbano que deve passar a ser de 1.731,50€ pelo que deve totalizar 62.576,77€



Assim, a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda o 1º Aditamento ao Acordo de Execução de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016, com a correção dos meios financeiros a transferir para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica relativo ao Mobiliário Urbano (anexo XI) que passa a ser 1.731,50€ o que totaliza para o conjunto das Freguesias 62.576,77€.

6.6.2.4 -

Deliberação

A Assembleia Municipal em reunião plenária realizada no dia 26 de setembro de 2014 e por proposta da Câmara Municipal aprovou autorizando, nos termos e para os efeitos da alínea k), nº 1, do artigo 25º e em consideração do artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Acordo de Execução de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica

Considerando a faculdade de as partes contraentes do acordo estipularem alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas

Considerando que é vontade da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, assumida em reuniões para o efeito realizadas de ajustar o acordo de execução então celebrado à realidade concreta da Junta de Freguesia da Costa da Caparica

Considerando também que a proposta de aditamento ao Acordo apresentada pela Câmara Municipal e submetida a apreciação da Assembleia Municipal mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada

Considerando ainda a informação da Câmara Municipal da existência na Proposta apresentada de um erro na tabela do Anexo XI relativo ao desempenho das competências pela Junta de Freguesia da Costa da Caparica em matéria de mobiliário urbano que deve passar a ser de 1.731,50€ pelo que deve totalizar 62.576,77€

Assim, a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da Freguesia da Costa da Caparica o 1º Aditamento ao Acordo de Execução de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016, com a correção dos meios financeiros a transferir para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica relativo ao Mobiliário Urbano (anexo XI) que passa a ser 1.731,50€ o que totaliza para o conjunto das Freguesias 62.576,77€.

6.6.2.5 -

Deliberação



A Assembleia Municipal em reunião plenária realizada no dia 26 de setembro de 2014 e por proposta da Câmara Municipal aprovou autorizando, nos termos e para os efeitos da alínea k), nº 1, do artigo 25º e em consideração do artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Acordo de Execução de Delegação de Competências com a Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó

Considerando a faculdade de as partes contraentes do acordo estipularem alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas

Considerando que é vontade da Câmara Municipal e da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, assumida em reuniões para o efeito realizadas de ajustar o acordo de execução então celebrado à realidade concreta da união de freguesias do Laranjeiro e Feijó

Considerando também que a proposta de aditamento ao Acordo apresentada pela Câmara Municipal e submetida a apreciação da Assembleia Municipal mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada

Considerando ainda a informação da Câmara Municipal da existência na Proposta apresentada de um erro na tabela do Anexo XI relativo ao desempenho das competências pela Junta de Freguesia da Costa da Caparica em matéria de mobiliário urbano que deve passar a ser de 1.731,50€ pelo que deve totalizar 62.576,77€

Assim, a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó o 1º Aditamento ao Acordo de Execução de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016, com a correção dos meios financeiros a transferir para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica relativo ao Mobiliário Urbano (anexo XI) que passa a ser 1.731,50€ o que totaliza para o conjunto das Freguesias 62.576,77€.

6.6.2.6 -

Deliberação

O Regime Jurídico de Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias é estabelecido pelo artigo 116º e seguintes do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos

Foi neste quadro que a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, em reunião plenária realizada em 19 de dezembro de 2014, autorizou a Câmara Municipal a celebrar o “Contrato de Delegação de Competências com a União das Freguesias de



Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, deliberação publicitada pelo Edital nº 249/XI-2º

Considerando ser legalmente possível introduzir alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas integrantes do Contrato de Delegação de Competências

Considerando que os órgãos autárquicos contraentes manifestam vontade e necessidade de ajustar o Contrato de Delegação de Competências celebrado

Considerando a Proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas o 1º Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016

6.6.2.7 - Deliberação

O Regime Jurídico de Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias é estabelecido pelo artigo 116º e seguintes do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos

Foi neste quadro que a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, em reunião plenária realizada em 19 de dezembro de 2014, autorizou a Câmara Municipal a celebrar o “Contrato de Delegação de Competências com a União das Freguesias de Caparica e Trafaria, deliberação publicitada pelo Edital nº 250/XI-2º

Considerando ser legalmente possível introduzir alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas integrantes do Contrato de Delegação de Competências

Considerando que os órgãos autárquicos contraentes manifestam vontade e necessidade de ajustar o Contrato de Delegação de Competências celebrado

Considerando a Proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a União de Freguesias de Caparica e Trafaria o 1º Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016

6.6.2.8 - Deliberação



O Regime Jurídico de Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias é estabelecido pelo artigo 116º e seguintes do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos

Foi neste quadro que a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, em reunião plenária realizada em 19 de dezembro de 2014, autorizou a Câmara Municipal a celebrar o “Contrato de Delegação de Competências com a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, deliberação publicitada pelo Edital nº 251/XI-2º

Considerando ser legalmente possível introduzir alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas integrantes do Contrato de Delegação de Competências

Considerando que os órgãos autárquicos contraentes manifestam vontade e necessidade de ajustar o Contrato de Delegação de Competências celebrado

Considerando a Proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda o 1º Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016

6.6.2.9 -

Deliberação

O Regime Jurídico de Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias é estabelecido pelo artigo 116º e seguintes do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos

Foi neste quadro que a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, em reunião plenária realizada em 19 de dezembro de 2014, autorizou a Câmara Municipal a celebrar o “Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica, deliberação publicitada pelo Edital nº 252/XI-2º

Considerando ser legalmente possível introduzir alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas integrantes do Contrato de Delegação de Competências

Considerando que os órgãos autárquicos contraentes manifestam vontade e necessidade de ajustar o Contrato de Delegação de Competências celebrado

Considerando a Proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal



Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica o 1º Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016

6.6.2.10 -

Deliberação

O Regime Jurídico de Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias é estabelecido pelo artigo 116º e seguintes do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos

Foi neste quadro que a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, em reunião plenária realizada em 19 de dezembro de 2014, autorizou a Câmara Municipal a celebrar o “Contrato de Delegação de Competências com a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, deliberação publicitada pelo Edital nº 253/XI-2º

Considerando ser legalmente possível introduzir alterações resultantes da monitorização da execução e da avaliação do exercício das competências delegadas integrantes do Contrato de Delegação de Competências

Considerando que os órgãos autárquicos contraentes manifestam vontade e necessidade de ajustar o Contrato de Delegação de Competências celebrado

Considerando a Proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova autorizando a Câmara Municipal a celebrar com a União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó o 1º Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 15 de junho de 2016

6.6.2.11 -

Deliberação

Tendo em consideração deliberações tomadas ao longo dos anos de delegação de competências da Câmara Municipal nas onze Juntas de Freguesia, com a correspondente transferência de verbas a que correspondeu uma melhoria do serviço público local prestado aos cidadãos

Considerando que os meios financeiros transferidos foram ao longo dos anos como no presente continuam a ser, um sustentáculo imprescindível ao normal e regular funcionamento das Uniões de Freguesias e Freguesia do Concelho

Considerando que a verba em causa deixou de integrar o anexo V (mapa financeiro) aos Contratos de Delegação de Competências destinados a apoiar as Freguesias do Concelho no respetivo esforço de adaptação à descentralização, desiderato também alcançado com



a celebração em 2014, completado agora em 2016, de instrumentos jurídicos de descentralização no exercício de competências delegadas

Considerando a Proposta submetida à apreciação da Assembleia Municipal pela Câmara Municipal

A Assembleia Municipal de Almada ao abrigo, nos termos e para os efeitos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal de quadro de apoio às Freguesias de promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, seguinte:

Mapa Financeiro - «Formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações»

Verbas destinadas ao apoio à adaptação das Uniões de Freguesias e da Freguesia

(i) Para o exercício de competências delegadas

(ii) Para o exercício de novas competências legalmente conferidas às freguesias pelo disposto no artigo 16º, Lei 75/2013, de 12 de setembro

União de Freguesias/Freguesia Valor 2016

Almada, Cova da Piedade, Cacilhas e Pragal	283 371,80€
Caparica e Trafaria	347 181,41€
Charneca de Caparica e Sobreda	145 426,74€
Costa da Caparica	117 567,94€
Laranjeiro e Feijó	105 569,31€
Total	999 117,20€

6.7 - Entrou-se no ponto 3.11 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 193/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/06/2016, sobre “Correção da Tabela de Taxas do Município de Almada”, (Conforme Anexo XXXIV).

6.7.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.7.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Penso que os Srs. Deputados terão compreendido a razão da correção. De facto por uma incorreta redação de um dos pontos podia ocorrer não aquilo que nos propúnhamos que era a baixa do valor da taxa, mas pelo menos uma baixa não tão significativa, ou mesmo o aumento do valor da taxa. A correção que é feita é para assegurar a redução do valor da taxa diferenciando, tal como tinha sido a Proposta inicialmente transmitida, o valor da taxa. No entanto a redação, como dizia que inicialmente foi colocado e que consta da tabela dava lugar a uma interpretação que poderia ser prejudicial, a nossa intenção e o nosso propósito e sobretudo aos Municípes ou aos proprietários neste caso.



Dizer que amanhã ou daqui a dois minutos entra em vigor a nova Tabela de Taxas e Preços, estão dadas indicações aos serviços para que a tabela possa ser divulgada. Lembrar que há um benefício temporário extensível a todo o Concelho e por ser temporário queria aproveitar a oportunidade de lembrar que diz respeito à isenção das taxas por mudança de uso em determinadas condições, depois tem limitações, em toda a área do Município. Isso decorre durante um período que é o que está previsto depois pode ser que se prolongue, mas para já está definido perante um período. E gostava que todos os Cidadãos ou todos os interessados tivessem consciência disso.”

6.7.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 193/XI-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU, do PSD e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, do BE e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Na Terceira reunião da Sessão Plenária da Assembleia Municipal realizada no passado dia 29 de abril de 2016, foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal o novo Regulamento e Tabela de Taxas do Município, cuja deliberação foi publicitada pelo Edital nº 561/XI-3º/2015-16 de 2 de maio de 2016

Entretanto foi verificado um erro de escrita na Tabela de Taxas, no seu ponto 8.12.4, que importa retificar

Assim e considerando a proposta de retificação submetida pela Câmara Municipal à Apreciação da Assembleia Municipal e o disposto no artigo 174º do Código do Procedimento Administrativo em que os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos do artigo 174º, da Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro e do artigo 25º, nº 1, alínea g), do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal, pelo que é retificado o Ponto 8.12.4 que passa a ter a seguinte redação:

“Ponto 8.12.4 - Nas operações urbanísticas em áreas em que as infraestruturas não estejam asseguradas pelo loteador ou em lotes construídos ao abrigo do artigo 6º, nº 4 e 5 do RJUE, na sua atual redação, à área edificável definida para o lote e aplicado o índice 0,5 do referido em 8.12.1., para além do valor previsto em 8.12.1 para cada m² de construção.”

6.8 - Entrou-se no ponto 3.12 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 194/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/06/2016, sobre “2ª Revisão Orçamental”, (Conforme Anexo XXXV).



6.8.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.8.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Já tínhamos admitido a possibilidade de trazer à Assembleia uma Revisão Orçamental que se prendia neste caso concreto com a possibilidade de se poderem vir a concretizar duas aquisições de imóveis que já referimos. Trata-se do antigo edifício da EDP e das antigas instalações da Cooperativa Piedense. A essa intenção de aquisição juntou-se recentemente a necessidade de qualificar o Estádio Municipal José Martins Vieira por forma que aí possam ser disputados jogos da 2ª Liga e também um reforço para intervenções em vias. Fundamentalmente as grandes verbas que estão associadas são estas. Existem algumas verbas para compromissos entretanto assumidos para Instituições Particulares de Solidariedade Social, também aparecem associadas nesta Revisão e que consideramos ter condição ainda para satisfazer este ano para não sobrecarregar o Orçamento do próximo ano. É o que temos para dizer. De qualquer forma dizer-vos que tudo isto é feito num contexto de acompanhamento próximo das nossas contas e num quadro em que também acompanhando aquilo que são as notícias hoje vindas a público se verifica uma queda da receita do IMI, uma queda que repercute também a política que assumimos desde o Orçamento de 2014 e 2015. Neste caso trata-se da execução daquilo que aprovámos em 2014 para 2015, porque o IMI que estamos a receber é o da avaliação de 2015. Aquilo que fizemos nesta matéria no final do ano passado, só para o ano é que terá impacto. Mas para já da política que assumimos há uma quebra de cerca de sete por cento da receita de IMI nesta primeira parte do ano.”

6.8.2 - No debate usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.8.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

É só uma pergunta. Eu tenho procurado e não encontro qual é o valor que está inscrito para alteração nas obras no Estádio José Martins Vieira. Se o Sr. Presidente pudesse dizer onde está ou então indicasse o valor por favor.”

6.8.2.2 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Setecentos e vinte mil euros, reparação de edifícios administração local, é um Estádio Municipal, é nosso, é da Câmara, está na última página.”

6.8.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 194/XI-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a



favor (de eleitos da CDU e do PS) e sete abstenções (de eleitos do PSD, do BE, do CDS-PP e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando a necessidade de programação de investimentos em curso e novos investimentos, em particular a aquisição de imóveis e o lançamento de um plano de intervenção na rede viária, importa conformar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, através da sua revisão

Considerando ainda que ao nível da Receita se impõe o ajustamento decorrente da alteração do contrato de financiamento do QREN-EQ-BEI associado à obra do Emissário da Bacia Norte e Serviço à CostaPolis por antecipação e redução do montante por diminuição do custo total

Considerando também a Proposta da Câmara Municipal apresentada à Assembleia Municipal

Pelo que nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro a Assembleia Municipal de Almada aprova a Segunda Revisão ao Orçamento e Opções do Plano para 2016 do Município, que totaliza 7.140.043,74€ (sete milhões cento e quarenta mil e quarenta e três euros e setenta e quatro cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de junho de 2016

6.9 - Entrou-se no ponto 3.13 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 195/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/06/2016, sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas 2015”, (Conforme Anexo XXXVI).

6.9.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.9.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Contas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas do município são as apresentadas, correspondem a todo o universo municipal, elas confirmam no essencial aquilo que já tínhamos apreciado em contexto de apresentação das contas da Câmara Municipal e dos SMAS, no final do mês de abril. Aqui agrupam-se também as contas relativas à ECALMA e às Agências AGENEAL, Novalmadavelha e Arribatejo, como poderão ver nas folhas 31 e 32 que são os indicadores financeiros de análise do balanço consolidado de 2015 e 2014. Os valores que traduzem contas fortemente equilibradas e robustas, a gestão e a saúde financeira do Município não só é bom como melhorou de 2014 para 2015 em praticamente todos os indicadores. E sobre esta matéria era o que gostava para já de deixar.”

6.9.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 195/XI-3º, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos



da CDU), quatro votos contra (de eleitos do PSD) e doze abstenções (de eleitos do PS, do BE, do CDS-PP e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Em consideração de que se encontram encerrados e aprovados os documentos de prestação de contas de cada uma das entidades do grupo municipal Almada referentes ao exercício de 2015, a Câmara Municipal nos termos do artigo 75º, da lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais) submete à Assembleia Municipal as Contas Consolidadas do Grupo Autárquico integrado pelas seguintes entidades:

Câmara Municipal de Almada (CMA), Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada (ECALMA), Agência de Desenvolvimento Local ARRIBATEJO e Agência de Desenvolvimento Local NOVALMADAVELHA

Considerando que estão cumpridas as determinações do artigo 75º, da Lei nº 73/2013 e da Portaria nº 470/2010, de 15 de junho

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 76º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e da alínea I), nº 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro aprova os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico Almada referentes ao exercício de 2015, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de junho de 2016.

6.10 - Entrou-se no ponto 3.14 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 196 e 197/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 15/06/2016, sobre Reabilitação Urbana Simples e Dinamização das Áreas Urbanas Consolidadas “Alteração da Área de Reabilitação de Cacilhas” e “Operação de Reabilitação Urbana Simples da Sobreda”, (Conforme Anexos XXXVII e XXXVIII).

6.10.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.10.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Isto é a continuação de um processo que de uma forma com muito êxito tem vindo a ser conduzido no nosso Município, no quadro da reabilitação urbana e que esperamos que o quadro geral do País e que a disposição que tem vindo sucessivamente a ser manifestada por vários responsáveis possam encorajar e dar mais força e relacionado neste caso concreto com a delimitação da Área da ORU de Cacilhas no caso da primeira Proposta, penso que é aquela que está neste momento em apreciação e também a da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Área da Sobreda correspondendo ao anseio e que de intervenção neste caso concreto desta Freguesia. É um passo importante que esperamos que tenha tanto êxito como temos tido nesta matéria nos outros pontos do nosso Concelho.”



6.10.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N^{os} 196 e 197/XI-3^o, que foram aprovadas por unanimidade, através das seguintes deliberações:

6.10.2.1 -

Deliberação

Na Reunião Plenária da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 25 de fevereiro de 2011, foi aprovada, por proposta da Câmara Municipal a “Estratégia de Reabilitação Urbana Simples da ARU de Cacilhas” e respetiva “Operação de Reabilitação”, deliberação publicitada através do Edital n^o 56/X-2^o/2011 e posteriormente publicitada em Diário da República, 2^a Série, n^o 94, de 16 de maio de 2011

Considerando o sucesso verificado com a gestão e implementação da ARU de Cacilhas, que permite antever a regeneração da esmagadora maioria do edificado abrangido, em metade do prazo de vigência, surge agora com nitidez, nos cinco anos decorridos, a necessidade de ampliação da respetiva área de intervenção, de forma a incluir as áreas edificadas no Núcleo Histórico de Cacilhas (conforme PDMA em vigor), compagináveis com os critérios pertinentes das ARU, adequando-os à realidade concreta do local, no normativo relativo aos apoios concedidos, visando:

1. Potenciar o efeito regenerativo da operação resultante da inclusão de vastas áreas passíveis de reabilitação do edificado para as quais se tem sentido uma evidente procura.
2. Assegurar e potenciar a mobilização de investimentos privados em virtude da insuficiência, degradação e obsolescência dos edifícios agora incluídos no perímetro da ARU.
3. Ampliar a intervenção municipal na qualificação do espaço público às novas áreas agora incluídas.

Assim a Assembleia Municipal de Almada em consideração, nos termos e para os efeitos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n^o 307/2009, de 23 de outubro, Lei n^o 32/2012, de 14 de agosto e Decreto-Lei n^o 136/2014, de 9 de setembro) e do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Artigo 25^o, n^o 1, alínea r), do anexo I da Lei n^o 75/2015, de 12 de setembro) aprova a Proposta da Câmara Municipal de “Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas” nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de junho de 2016.

6.10.2.2 -

Deliberação

As Opções do Plano para 2016 do Município determina na linha de orientação 1.10 a necessidade de “Promover a Reabilitação Urbana e dinamização das áreas urbanas consolidadas, nomeadamente nas áreas delimitadas como Área de Reabilitação Urbana, incentivando a instalação de atividades económicas e a fixação de jovens”, bem como



“Estudar a criação de novas Áreas de Reabilitação Urbana com prioridade para os núcleos históricos, nomeadamente o núcleo histórico da Sobreda”.

Também o Plano Diretor Municipal em vigor preconiza, em termos de objetivos estratégicos de desenvolvimento, o “Reforço e Equilíbrio da Rede Urbana do Concelho e do seu papel na Região” e a “Melhoria do Ambiente Natural e do Ambiente Construído” e concretiza, relativamente à Qualificação do Espaço Urbano, a necessidade de “Salvaguarda e Valorização dos Núcleos Históricos”

A experiência acumulada em Almada de práticas de gestão e ação municipal de reabilitação e regeneração urbanas é vasta e com resultados expressivos comprovando a eficácia das intervenções de reabilitação urbana de caráter integrado e com a participação ativa de todos os atores relevantes no processo de regeneração urbana, no estancamento dos processos de declínio das zonas centrais das cidades (herdados no final do Séc. XX) e no desencadear de uma inversão de tendência que se pretende efetiva e duradoura.

No Concelho de Almada estão em vigor sete áreas de reabilitação urbana que, pese embora a atual conjuntura económica, se têm revelado como um importante instrumento de apoio à reabilitação urbana do edificado privado, totalizado até hoje um investimento global aprovado em obras de reabilitação no montante superior a 8.000.000,00€

O Núcleo Histórico da Sobreda tem necessidade de ação de revitalização que assegure nomeadamente a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, melhoraria das condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados, promovendo a valorização do património cultural

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, com as alterações do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, e ainda da alínea r), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta da Câmara Municipal de “Operação de Reabilitação Urbana Simples da Sobreda” e respetiva “Delimitação da Área de Reabilitação”, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de junho de 2016.

7 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Joaquim Estevão Miguel Judas; José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria do Carmo Borges; Francisca Luís Baptista Parreira; Ivan da Costa Gonçalves e Francisco Miguel Pereira Cardina.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- 9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e TV Almada; e de Sr.ªs Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada e de nove Srs. Munícipes.
- 10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H14 do dia 1 de julho de 2016.
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____